

ALAVARIUM-AVEIRO

**BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO**  
**ANO VI**                      **1988**                      **N.º 11**

FL  
908  
141

# BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

bib **RIA**



**BIBLIOTECA**  
municipal de aveiro

PUBLICAÇÕES  
PERIÓDICAS

**OFERTA**



**BIBLIOTECA**  
municipal do aveiro

FUNDO  
LOCAL

INTERDITO  
AO  
EMPRÉSTIMO

bibRIA



## AVEIRO

"Há em Aveiro um encontro misterioso - no ar, na luz, no céu, no verde das agramas, no riso das crianças, no donaire helénico das mulheres, na dolência das águas, no cheiro da maresia, na sedução das planuras, nas cores dos poentes - que envolve, inebria, perturba, arrasta e inutiliza para as obras de rigoroso labor mental e só nos torna poetas, boémios, românticos e sonhadores!"

*Dr. Alberto Souto*

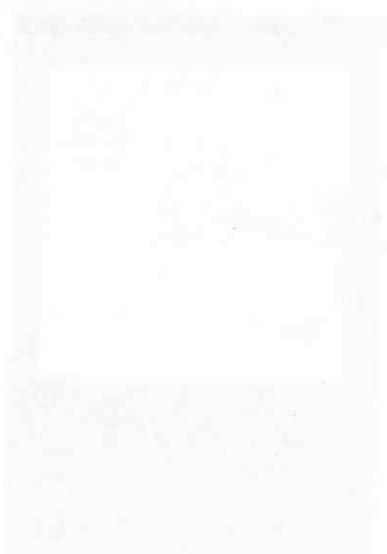
---

### BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

Publicação Semestral de Índole Cultural e Informativa

**Junho de 1988**

---



# bibRIA

## BOLETIM Nº 11

---

DIRECÇÃO: Presidente da Câmara Municipal de Aveiro – Vereador do Pelouro da Cultura

---

PROPRIEDADE: Câmara Municipal de Aveiro

---

REDACÇÃO: Praça da República – Aveiro – Tel. 24081/82

---

SUPERVISÃO: Assessor Cultural da C.M.A.

---

CAPA: Jeremias Bandarra (Design) e Cândido Teles (Pintura)

---

FOTOGRAFIAS A COR - Nuno Marques (Cinex)

---

TIRAGEM: 1.500 exemplares

---

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Gráfica do Vouga, lda. - Rua do Loureiro, 13 - 3800 Aveiro

---

Depósito Legal n.º 12 442/86

---

<b>Aveiro - Dr. Alberto Souto</b> .....	3
<b>Abertura - Prof. Celso dos Santos</b> .....	7
<b>O Conselheiro José Joaquim Rodrigues de Bastos - Dr. Rui Moreira de Sá e Guerra</b> .....	9
<b>Identidade - Amadeu de Sousa/Jeremias Bandarra</b> .....	21
<b>Edições da Câmara Municipal</b> .....	24
<b>Breve história do "ISCA" - Dr. Orlando de Oliveira</b> .....	25
<b>Dia das Cidades Irmãs e Amigas</b> .....	32
<b>Homenagem às Cidades Irmãs e Amigas - Redacção/Cândido Teles</b> .....	33
<b>Plano de actividades para o ano de 1988</b> .....	49
<b>Centro de Formação Profissional</b> .....	51
<b>Noticiário</b> .....	55
<b>Notícias breves</b> .....	65

# bibRIA

Os textos assinados são da responsabilidade dos autores.

Os artigos publicados podem ser transcritos, total ou parcialmente, desde que se indique a origem.

O **Boletim Municipal de Aveiro** (nº 11), agora editado, começa por justamente recordar uma eminente figura da região, que, no século XIX, se evidenciou em diversos ramos de actividade - na magistratura, na política e nas letras. Não hesitámos em rememorar o Conselheiro José Joaquim Rodrigues de Bastos no nosso **Boletim**, dado que entendemos que este, por ser da responsabilidade da Câmara Municipal da capital do Distrito, deve estar aberto a certas personagens de renome, apesar de, porventura, não serem naturais do nosso concelho.

É autor da cuidada biografia e do pormenorizado estudo o Dr. Rui Moreira de Sá e Guerra, descendente do ilustre Conselheiro.

Um outro trabalho que se resolveu publicar é o que historia a criação, os primeiros passos e a vida do Instituto Superior de Contabilidade e Administração. Ninguém como o Dr. Orlando de Oliveira o poderia recordar, uma vez que foi ele um dos persistentes cabouqueiros que estiveram na origem de tão útil instituição de ensino.

Entre os acontecimentos que se lembram com mais ou menos desenvolvimento, destacamos a notícia do Dia das Cidades Irmãs e Amigas (17 de Abril) e a conseqüente homenagem a cada uma delas, com a reprodução, em cor, das primorosas pinturas da autoria do nosso artista Cândido Teles, a quem a Câmara Municipal as adquiriu para enriquecer o seu espólio.

Estamos gratos a todos os nossos colaboradores pelos seus valiosos trabalhos, que os leitores terão oportunidade de apreciar.

O Vereador do Pelouro da Cultura,  
**Prof. Celso dos Santos**





esquissar a biografia de Rodrigues de Bastos, afirma-o nascido em 1776 e filho de José de Bastos e de Antónia Maria. Nada menos exacto, como se vê. Houve aí uma lamentável confusão com o registo de outro José, nascido também na freguesia de Valongo, mas em 17-7-1776, este sim filho de José de Bastos e de Antónia Maria (4). Eram parentes, no entanto. E, como acima é dito, parainfou o baptismo de José Joaquim Rodrigues de Bastos a mencionada Antónia Maria, mandatada pelo marido José de Bastos, os quais eram os progenitores daquele José nascido um ano antes.

O Dr. António Augusto Teixeira de Vasconcelos, na extensa biografia do conselheiro atrás aludida, depois de lhe referir o nascimento e identificar os pais, escreveu:

"Não tenho notícias particulares acerca dos pais do sr. conselheiro Bastos, nem fiz diligências para obtê-las. Não carece do esplendor das virtudes paternas, quem de tão brilhante auréola de glória vive cercado, e para que a pátria honre a memória dos pais pela educação em que se basearam as elevadas qualidades do filho, não é mister revolver pergaminhos, examinar cartórios ou fazer inquirições *de genere*. Creio todavia que eram abastados de bens de fortuna a julgar pela profissão a que destinaram o filho, mandando-o graduar em direito pela Universidade de Coimbra, donde veio inscrever-se como advogado nos auditórios da cidade do Porto. Para começar a carreira do foro por entre numerosos e atilados concorrentes na segunda cidade do reino, não bastava só ter engenho e aplicação, era também necessário possuir meios de aguardar que a notoriedade do talento principiasse a produzir os devidos efeitos" (5).

Com efeito, no processo *de genere* para o habilitar a servir no lugar das Letras e fazer a sua leitura (6), como requereu em 1812, a testemunha Manuel Rodrigues de Melo, bacharel formado em cânones, de trinta anos, morador na Rua Larga de São Roque, em Lisboa, declara ser da mesma terra que o Dr. José Joaquim Rodrigues de Bastos e que os pais deste habilitando "sempre se trataram à lei da Nobreza e o mais sempre ouviu dizer praticaram seus Avós". Quer dizer, viviam das suas fazendas e não exercitavam misteres mecânicos.

Matriculou-se no primeiro ano jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 31-10-1790 (7) e na aludida escola foi premiado num dos anos jurídicos, conforme testemunha o Dr. Manuel Rodrigues de Melo no invocado processo *de genere* para a leitura dos bacharéis. Mas só volta a inscrever-se, agora no segundo ano, em 1800. Formou-se no ano de 1804, conforme ele próprio declara, juntando a carta de curso, no requerimento para servir nos lugares de Letras (8).

Concluído o curso, iniciou a carreira de advogado nos auditórios da cidade do Porto.

Em 20-12-1806, contraiu matrimónio na Sé

Catedral do Porto, com a prima coirmã D. Maria Joaquina Rodrigues de Sampaio, que nascera em 9-11-1780, na freguesia da Sé do Porto, filha de Manuel Rodrigues da Cruz, familiar da Santo Ofício(9), ourives de ouro, natural da freguesia de Valongo, Águeda, e de sua mulher Francisca Marcelina Rosa de Sampaio, neta paterna de Manuel Rodrigues da Cruz e de sua mulher Antónia Francisca (que também eram os avós paternos do nubente), e materna de João da Cunha, natural da freguesia de Santo Estêvão de Vilela, e de sua mulher Joana Josefa de Sampaio, natural da freguesia de Santo Ildefonso, da cidade do Porto (10).

Em 1812, José Joaquim Rodrigues de Bastos requereu a sua habilitação para poder ler na Mesa do Desembargo do Paço e ser admitido nos lugares de Letras, ou seja, preferiu enveredar pela magistratura. Instruiu o pedido com a declaração passada em 30-10-1812, pelo Dr. José Joaquim de Almeida Araújo Correia de Lacerda, desembargador corregeador da primeira Vara de Correição do Cível da Relação do Porto, que certifica ter o bacharel José Joaquim Rodrigues de Bastos, advogado de número da Relação do Porto, frequentado há anos o exercício do foro em todos os juízos e auditórios da mesma cidade, com distinto aproveitamento, acreditada literatura e reconhecida inteligência, probidade e aceitação.

O Príncipe Regente D. João, em carta datada de 31-1-1814, nomeia-o juiz de fora da vila de Eixo e anexas vilas de Paus, Ois da Ribeira e Vilarinho do Bairro (11). Pela provisão passada em 4-2-1814, o Príncipe Regente, na qualidade de administrador da Casa de Bragança, prevendo que a carta de mercê possa demorar para recolher a assinatura real, ordenou fosse dada posse ao bacharel Rodrigues de Bastos do cargo de juiz de fora, sem embargo de não apresentar a dita carta, o que ele fará dentro de dois meses depois de ela voltar assinada da Corte do Rio de Janeiro. Efectivamente, encontra-se exarado no verso da última folha da referida carta que "chegou assignada da Corte do Rio de Janeiro a esta Secretaria de Estado em 22 de Setembro de 1814". Importa recordar que a Família Real tinha-se ausentado para o Brasil, em 1807, aquando da primeira invasão francesa comandada por Junot.

Pouco tempo após, vagou o cargo de juiz do tomo da comarca de Barcelos por óbito do desembargador João Nepomuceno Pereira da Fonseca e, para lhe suceder, D. João VI, por carta de 13-10-1818, nomeou o Dr. Rodrigues de Bastos (12). Também, havendo em consideração a eventual demora na obtenção da assinatura real na aludida carta, foi expedida provisão, logo em 10 de Novembro, autorizando-o a prestar desde já o juramento do estilo e tomar posse, com a obrigação de "apresentar a mesma Carta corrente dentro em dois meses contados do dia em que chegar assignada da Corte do Rio de Janeiro". No verso é certificado haver-lhe

sido dado o juramento em Lisboa, a 17 de Novembro de 1818, e a posse em 1 de Dezembro (13).

É no exercício destas funções que ele surge na vida política, bem conturbada, da época.

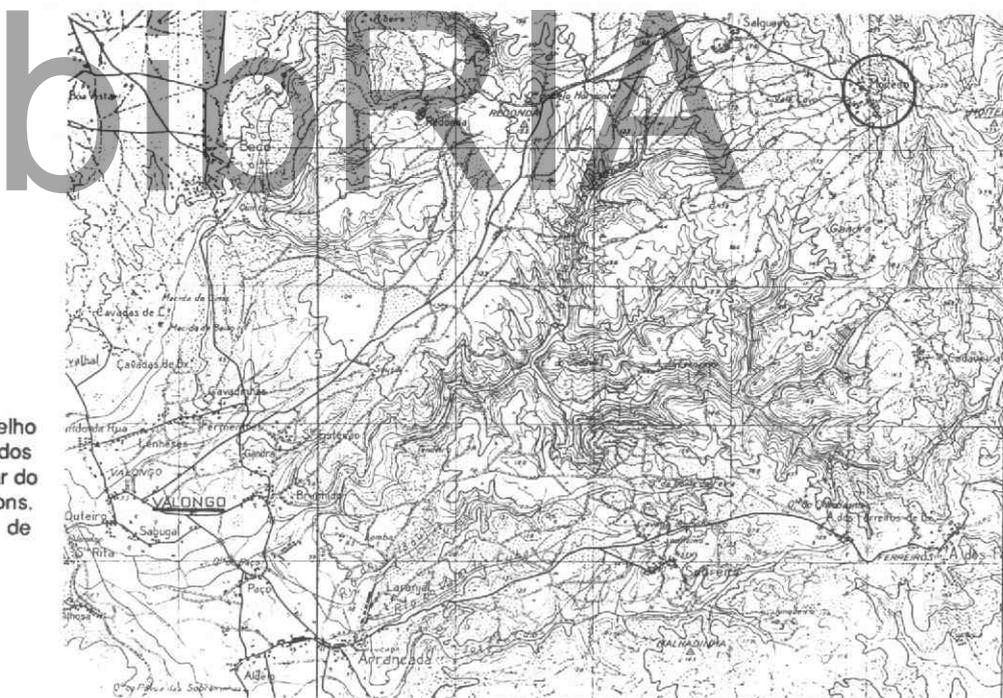
Uma série de factores fizeram levar ao princípio do século XIX as ideias liberais. Grande parte contribuíram as invasões francesas. Certo que as Guerras Peninsulares tendentes a expulsar o invasor, a queda de Napoleão e o Congresso de Viena que impôs uma nova ordem à Europa, travou a expansão das ideias liberais por algum tempo. Todavia, a deslocação da Corte para o Brasil, a abertura dos portos daquele imenso território ao comércio inglês, prejudicando grandemente o comércio metropolitano, a criação de uma mentalidade anti-britânica resultante do predomínio e da mão de ferro de Beresford na governação do país, contribuíram para a formação de um movimento estruturado, com um organismo de apoio, denominado Sinédrio, na cidade do Porto. Este organismo fora fundado, no dealbar do ano de 1818, pelo desembargador da Relação Manuel Fernandes Tomás e a ele aderiram José Ferreira Borges, advogado da Relação, José da Silva Carvalho, juiz dos órfãos e outros mais.

tantes do Porto, como Pereira de Melo, Manuel Fernandes Tomás e José Ferreira Borges.

O movimento alastrou, como nódoa de azeite em cartucho, pelas províncias do Minho e da Beira. Entenderam os governadores do Reino, que regiam os destinos da nação durante a ausência do soberano no Brasil, convocar cortes para 15 de Novembro. Julgavam limar, por esta forma, os contornos extremos dos mais exaltados. A Junta, porém, recusou negociar com o governo e saiu do Porto rumo à capital em 14 de Setembro. No dia seguinte ocorreu o pronunciamento que levou à deposição dos governadores e à nomeação de um governo interino. O evoluir célere dos acontecimentos deu azo à formação da Junta Provisional, resultante da fusão do governo nortenho com o de Lisboa, e de outra Junta incumbida de preparar a reunião das cortes.

A nova Junta Provisional pede ao monarca que regresse à metrópole ou designe o seu representante, impede o desembarque de Beresford que vinha do Brasil munido de plenos poderes e procede aos trabalhos preparatórios para a convocação das cortes.

As eleições realizaram-se em Dezembro de 1820 e nelas o Dr. José Joaquim Rodrigues de Bastos foi eleito deputado pela província do Minho.



Valongo do Vouga (do concelho de Águeda). Estão sinalizados a sede da freguesia e o lugar do Moutedo, onde nasceu o Cons. José Joaquim Rodrigues de Bastos

Nele se gerou o movimento conspirativo que recebeu grande impulso com a sublevação da Galiza e na conseqüente proclamação, em Espanha, da Constituição de Cádiz. Adesões de altas patentes militares permitiram o pronunciamento do Campo de Santo Ovídio, em 24 de Agosto de 1820. Exigiu-se então uma constituição que assegurasse as liberdades. Foi constituída a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, presidida pelo brigadeiro António da Silveira Pinto da Fonseca, que incluía represen-

A sessão preparatória destas cortes extraordinárias, com poderes constituintes, teve lugar em 24-1-1821. Na primeira sessão deliberou-se que a eleição do presidente fosse realizada mensalmente por escrutínio secreto com absoluta pluralidade de votos. Saiu eleito presidente o arcebispo da Baía, com 64 votos, e vice-presidente Manuel Fernandes Tomás, com 49 votos.

Depois de breve discussão, deliberou-se eleger quatro secretários e que as respectivas funções

durassem o tempo das da presidência. A eleição dos secretários far-se-ia por listas de quatro nomes, lançadas em escrutínio e, no apuramento do resultado, bastava a maioria relativa.

Efectuada a votação, foram eleitos secretários João Baptista Felgueiras com 53 votos, Rodrigues de Bastos com 47, e Luís António Rebelo da Silva e José Ferreira Borges com 36 votos cada (14).

Teve o nosso biografado participação activa na vida parlamentar e a sensatez demonstrada, perante a agressividade dos revolucionários que pretendiam levar ao último extremo o processo histórico, revelou nele um espírito liberal demarcado pelo respeito ao Trono e à Igreja. Escreveu Teixeira de Vasconcelos que "o sr. José Joaquim Rodrigues de Bastos foi um dos mais ilustres campeões do partido liberal conservador e prático nas primeiras assembleias legislativas de Portugal.

Em frases eloquentes apoiou a introdução do juri nos julgamentos, demonstrando a utilidade com apoio em razões filosóficas e em exemplos históricos; pugnou sempre pela inteira liberdade dos deputados em todas as circunstâncias parlamentares; votou por uma só câmara, princípio que veio a ser consagrado, eleita bienalmente por sufrágio directo e universal. Na discussão da institucionalização do veto, as opiniões dividiram-se. Uns defendiam o veto absoluto (no sentido de que tomada a deliberação pela assembleia legislativa e submetida a lei à assinatura real, se o monarca a não sancionasse, ficaria a lei definitivamente sem executoriedade), outros o veto suspensivo (em tal hipótese o rei podia, dentro de determinado prazo, obrigar os deputados a ponderar a deliberação tomada que, entretanto, não produziria os seus efeitos, mas ratificada pelo órgão deliberativo, nada mais poderia o monarca fazer para obstar à eficácia daquela deliberação). Rodrigues de Bastos opinou pelo veto suspensivo. O seu voto foi contrário ao conselho de estado.

Em várias circunstâncias ele revelou entendimento esclarecido e elevado sentido da dignidade humana. Na ocasião em que se discutiu a lei da liberdade de imprensa, inclinavam-se os deputados a sancionar certas infracções com a pena de grilhetas. Conta o Dr. Teixeira de Vasconcelos na obra citada: "Parecia ao sr. Bastos que tal pena se não podia aplicar a homens de letras; porém nesta discussão teve por adversário o próprio patriarca da revolução e insigne jurisconsulto Manuel Fernandes Tomás. Cuidou o ilustre autor do reportório da legislação portuguesa responder cabalmente com o aforismo constitucional de que a lei é igual para todos, como se tal igualdade se guardasse aplicando castigo idêntico a réus que o não sejam nas disposições físicas e morais que tanto agravam ou diminuem o efeito da pena. A esta razão, hoje vitoriosa entre os criminalistas e atendida nos próprios regulamentos das prisões, ajuntou o sr. Bastos com generoso

conceito do decoro humano que pena tão infamante incitaria ao suicídio os homens de letras a quem fosse aplicada".

Rodrigues de Bastos apresentou também nas cortes um projecto de decreto relativamente a laudémios, no propósito de minimizar os encargos do instituto da enfiteuse por cada transmissão onerosa do prédio, a suportar pelo foreiro. Tal encargo era determinado pela aplicação de uma percentagem sobre o valor do prédio. No projecto da autoria de Rodrigues de Bastos a percentagem ficava reduzida à quarentena; e para a determinação do respectivo valor atender-se -ia ao preço do solo e não também às benfeitorias efectuadas pelo enfiteuta. Para ele constituía uma injustiça que o senhorio directo beneficiasse da valorização do prédio realizada pelo foreiro (15).

Datam desta época, concretamente do ano de 1821, os dois quadros pintados, assinados e datados pelo grande artista Domingos António de Sequeira, retratando, respectivamente, José Joaquim Rodrigues de Bastos e a esposa, que são actualmente de minha propriedade. Em suporte de papel pardo, os retratos foram desenhados a carvão e a giz branco, essencialmente, processo usado com exímia perfeição técnica por Sequeira (16).

Por documento datado de 29-3-1822, D. João VI faz saber a Rodrigues de Bastos ter baixado à Junta do Sereníssimo Estado e Casa de Bragança uma portaria da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino a dar-lhe por findo o exercício do lugar de juiz do Tombo da Casa de Bragança na comarca de Barcelos (17).

Para as cortes ordinárias seguintes foi eleito deputado pelas divisões do Porto e de Aveiro, havendo prestado juramento a 20 de Novembro de 1822.

Estas cortes não preencheram toda a legislatura porque foram dissolvidas em 3-6-1823 pelo golpe de estado conhecido pela Vila-francada. Vários factores concorreram para a eclosão deste movimento, nomeadamente a perda do Brasil, a jugulação da experiência liberal espanhola auxiliada pela intervenção de um exército francês comandado pelo duque de Angoulême.

A oportunidade surgiu, efectivamente, com a derrota dos liberais espanhóis e com a sedição do conde de Amarante em Trás-os-Montes que, sendo desbaratado, retirara com a tropa do seu comando para Espanha. Tinha-se encerrado a sessão das cortes em 31 de Março de 1823, mas perante aqueles acontecimentos, convocaram-se cortes extraordinárias para o dia 15 de Maio. Em 27 deste mês saiu da capital em direcção a Vila Franca de Xira um regimento de infantaria, ao qual se vem reunir o infante D. Miguel que lança a proclamação: "Já os generosos transmontanos nos precederam na luta; libertemos o rei, e sua majestade livre dê uma constituição a seus povos".

Na sequência dos acontecimentos, as unida-

des militares de Lisboa, com a excepção de um regimento que ficou de guarda ao rei, abandonaram a capital em direção a Vila Franca. Também para lá se dirigiu o rei e, na própria noite do dia da chegada, em 31 de Maio, proclamou que "é mester modificar a constituição". No dia imediato nomeou o infante D. Miguel comandante chefe do exército e um novo ministério de que faziam parte o conde de Palmela e Mousinho da Silveira.

A dissolução das cortes tornou-se inevitável.

Para a elaboração do projecto da carta constitucional foi nomeada uma Junta de catorze membros, presidida por Palmela, e da qual fazia parte Rodrigues de Bastos. Comenta o seu biógrafo no lugar já citado: "Não sei com que intenção nome-



Igreja Paroquial de Valongo do Vouga.  
Pia Baptismal (Séc. XVI)

aram para este encargo uns homens de cujos sentimentos políticos não se dava por contente nenhum dos dois partidos, mas posso afirmar que o sr. Bastos foi no Rossio o que fora nas Necessidades, liberal, consciencioso e consequente". Possui a convocatória datada de 2 - 7 - 1823 e assinada pelo Conde de Palmela, dirigida a José Joaquim Rodrigues de Bastos. É convocado para a primeira sessão da Junta, a realizar no Palácio do Rossio, em 4 desse mês, " para preparar o projecto da Carta de Ley Fundamental da Monarquia Portuguesa".

A Junta, em lugar de apresentar ao monarca a nova constituição, pediu-lhe que conservasse a organização política do antigo regime. Porém, esta deliberação, tomada ao arrepio do movimento vintista, não foi unânime. A minoria da comissão votou pelo cumprimento da promessa real de dar à nação outro diploma fundamental e, entre os membros que se pronunciaram nesse sentido, contava-se o Dr. Rodrigues de Bastos. É importante que isto seja sempre vincado porquanto houve quem o apontasse como um estrénuo defensor do regime absoluto. Certamente para se precaver dessa acusação, já no

final das lutas fratricidas, em 10 - 7 - 1834, obteve a declaração seguinte da autoria do duque de Palmela:

"D. Pedro da Souza e Holstein, Duque de Palmella, Par do Reino, Conselheiro de Estado, Certifico que sendo o Snr. Joze Joaquim Rodrigues de Bastos um dos membros da Junta creada no anno de 1823 por Decreto do Snr. D. João VI, que Deos haja em glória, para formar um projecto de Constituição para a Monarquia Portuguesa, Junta que eu tinha a honra de prezidir, sempre o ouvi manifestar da maneira mais clara nas discussões que tiveram lugar, principios decedidos de adhezão ao systema representativo e sentimentos de amor à liberdade, comprovando-os pello voto que deo a favor do projecto da Constituição Representativa que na sobreditta Junta se havia traçado e que afinal não foi adoptado pella maioria dos membros da mesma Assembleia. E por me ser esta attestação pedida e sêr conforme à verdade quanto n'ella se contem a escrevi e assignei. Lisboa 10 de Julho de 1834. Duque de Palmella" (18).

Liquidado o movimento da Vilafrancada e exilado o Infante D. Miguel, o rei dissolveu a comissão encarregada de elaborar o projecto de constituição, e declarou em pleno vigor a organização política tradicional, com o anúncio da próxima reunião de cortes à moda antiga (19).

Entretanto, por carta de D. João VI, passada em 21 - 11 - 1823, Rodrigues de Bastos foi nomeado corregedor e provedor da comarca do Porto. E a provisão de 31 - 3 - 1824 autorizava-o a vestir beca honorária " para mais condecorado com ella, servir o cargo de Corregedor e Provedor da comarca do Porto". Por alvará de 22 - 6 - 1825 foi graduado desembargador da Relação e Casa do Porto, no exercício que tem de corregedor da comarca (20).

Desta forma, e até 16-8-1826, manteve-se nestas funções na cidade do Porto, altura em que tomou posse do espinhoso cargo de intendente geral da polícia da Corte e Reino

Em 9 - 4 - 1824, por decreto de Sua Majestade, foi-lhe feita a mercê do hábito da Ordem de Cristo. E no alvará passado em Lisboa a 3 - 12 - 1824, o monarca ordena a qualquer cavaleiro professo da dita Ordem de Cristo, que na Sé Catedral do Porto arme cavaleiro a José Joaquim Rodrigues de Bastos, e se lhe lance o hábito respectivo. Em execução deste alvará, foi armado cavaleiro na Sé do Porto, em 28 - 4 - 1825, por Frei António Filipe de Sousa Cambiario, cavaleiro professo na mesma Ordem, desembargador da Relação e Casa do Porto.

Em Março de 1826 falecia D. João VI e a situação política complicava-se. O filho primogénito, D. Pedro, tinha-se rebelado contra Portugal e cingia a coroa do Brasil. O Conselho de Estado, por ele consultado, foi contrário à ideia de poder cuñular os dois reinos. Então abdicou a coroa portuguesa na

filha D. Maria da Glória, apenas de sete anos de idade. E confirmou a Infante D. Isabel Maria na regência do Reino. Ajustou também o casamento da filha com o Infante D. Miguel, que vivia em Viena de Áustria desde o malogro da Vilafrancada, nomeando-o seu lugar-tenente em Lisboa.

Em 11 de Julho de 1826 a GAZETA DE LISBOA imprimiu o decreto confirmativo da regência. E logo em 14 de Agosto foi expedido o seguinte aviso dirigido a Rodrigues de Bastos, cujo original possuiu:

"Sendo presentes à Senhora Infanta Regente, os serviços que o Corregedor e Provedor da Comarca do Porto José Joaquim Rodrigues de Bastos tem prestado, e seu zelo pelo Real serviço, e pelo Bem público; Houve por bem em Nome de ELRey de o nomear Intendente Geral da Polícia da Corte e Reino; Ordenando outro sim que logo que esta receba, o mesmo Corregedor, se ponha a caminho para esta Capital, a fim de entrar no exercício do dito lugar. Palacio da Ajuda em 14 de Agosto de 1826. Francisco Manoel Trigozo d'Aragão Morato".

Desta forma substitui o barão de Rendufe que pedira a demissão após a morte de D. João VI (21).

Dias decorridos, em 28 - 8 - 1826, D. Isabel Maria faz-lhe a mercê do título do Conselho de Sua Majestade, de que prestou juramento em 29 de Setembro (22).

A carta de efectiva nomeação de Rodrigues de Bastos para intendente geral da polícia da corte e reino, passada em 20 - 10 - 1826, autoriza-o a exercitar o cargo com o título do Conselho de Sua Majestade, provido de ampla jurisdição na matéria da polícia sobre todos os ministros criminais e civis. Fixa-lhe o ordenado anual de um conto e seicentos mil réis. Contém a indicação, no verso, de que jurou na conformidade desta Carta e da Carta Constitucional no Palácio da Ajuda em 5 de Dezembro, na presença de Sua Alteza a Senhora Infanta Regente (23).

No exercício deste cargo, de grande confiança, em momento de particular melindre na vida nacional, ele teve ocasião de comprovar "a lealdade política, a firmeza de carácter, a energia de ânimo, a prudência e a moderação", no conceituado juízo do Dr. Teixeira de Vasconcelos na já apontada biografia do conselheiro Rodrigues de Bastos.

Por carta de 6 - 7 - 1827, foi provido num lugar ordinário de desembargador da Mesa do Desembargo do Paço, "com exercício todas as vezes que as obrigações do cargo de Independente Geral da Polícia lhe permitirem que vá ao Despacho della" (24). Deste cargo prestou juramento em 11 de Julho e tomou posse em 13 desse mês.

Sabe-se como a Carta Constitucional foi recebida no país. Uns desejavam-na, outros reprovavam-na. Os campos ficaram balizados. Se até então se digladiavam três correntes: a do vintismo, posto que pouco numerosa; a do liberalismo moderado,

apoiada por parte da nobreza, do clero e da alta burguesia; e a do absolutismo, a mais vigorosa e a mais homogénea, que era defendida pela Rainha D. Carlota Joaquina, em breve a vida nacional bipolarizou-se. Os campos estremaram-se entre os liberais - por os moderados se reunirem aos vintistas - e os absolutistas.

A regência hesitou entre publicar e jurar a Carta, unilateralmente outorgada por D. Pedro, ou não o fazer. Saldanha, sempre irrequieto, então governador militar do Porto, ameaçava o governo de que, se a Carta não fosse jurada, fá-la-ia jurar pelo exército. A Infanta Regente e numeroso grupo de nobres e dignitários prestaram o juramento em 31 - 7-1826. E logo em 7 de Agosto foi publicado o regulamento da eleição dos deputados, por via indirecta, que Trigozo Morato redigira. As eleições decorreram normalmente em 8 de Outubro, com a abstenção dos miguelistas.

Em 25 desse mês, José Joaquim Rodrigues de Bastos recebe a mercê da Infanta Regente de o tomar por "Fidalgo de Minha Casa com dois mil réis de moradia por mez de Fidalgo Cavalleiro, e hum alqueire de cevada por dia paga segundo ordenança", atendendo que "tem servido sempre muito a Meu contento, desempenhando as importantíssimas commissões de que há sido incumbido com a maior intelligencia, honra, e dezinteresse; satisfazendo ultimamente da maneira mais vantajosa aos arduos e difficeis encargos do sobredito lugar de Intendente Geral da Polícia da Corte e Reino"(25).

Várias foram as ocasiões em que ele pôs à prova o invocado desinteresse, a honra e a intelligência. Os absolutistas tinham pegado em armas. O rastilho começara em Chaves, ainda antes do juramento da Carta, onde em 22 de Julho fora atalhada uma sedição com abundantes prisões. E, em breve, as conspirações sucediam-se. Na provincia de Trás-os-Montes corria a proclamação do Marquês de Chaves, na qual se increpava D. Pedro pela sua ilegitimidade e a Carta exhibia-se como inimiga do trono e do altar. Convidavam-se à revolta as tropas e a autoridade.

Em breve o país collocava-se em estado de guerra civil. E aos que instavam com a Infanta Regente para assumir a ditadura, respondia ela que tais magistraturas "começam por desacreditar e tornar odiosos os governos, e terminam por fazer os povos desgraçados", nas palavras autorizadas do Conselheiro Rodrigues de Bastos, que foi o insigne biógrafo da Infanta D. Isabel Maria. E aos que reclamavam pela suspensão das garantias, observava que o estandarte da tirania se não devia arvorar no campo da liberdade.

São ainda do Conselheiro Rodrigues de Bastos as seguintes palavras valorativas da conduta daquela Princesa: "A Senhora Infanta não fez a guerra ao povo por causa da guerra de parte do exército; não perturbou o sossego dos cidadãos pacíficos em

ódio aos cidadãos rebelados; não opôs as violências à força, mas a força à força e após a força a indulgência"(26).

Especificamente, referindo-se à polícia, cuja direcção teve, ele discreto mais tarde, na obra COLECÇÃO DE PENSAMENTOS, MÁXIMAS E PROVÉRBIOS, como a revocar a sua actuação:

"A polícia, exercida sabiamente no interesse dos bons costumes e da segurança geral, é uma instituição nobre, grande e utilíssima: mas a polícia das opiniões e das consciências, para as perturbar e perseguir, é uma coisa infame".

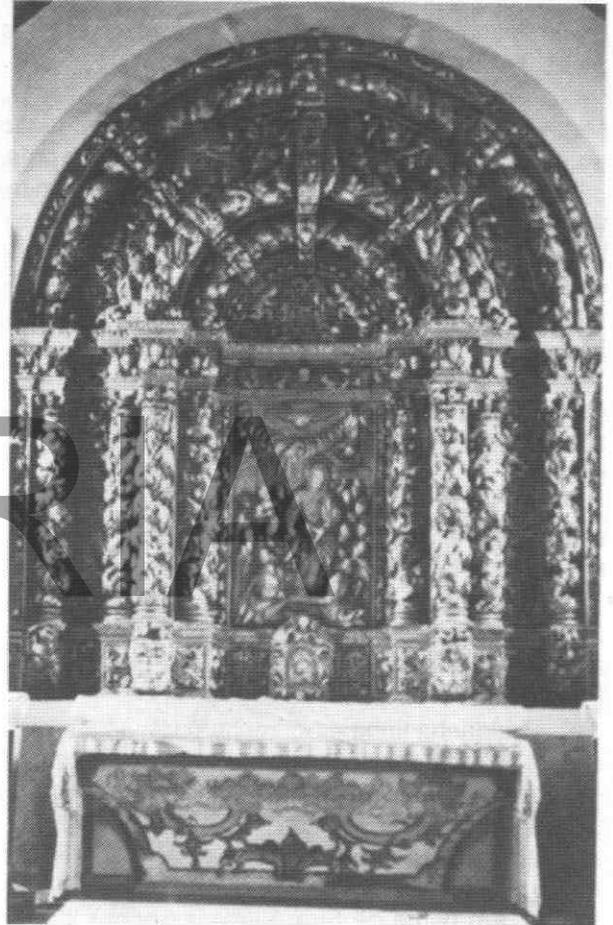
Bastaria a produção destas afirmações para ajuizar da conduta moderada e prudente de Rodrigues de Bastos. Sem embargo, houve quem o tentasse denegrir e, ainda hoje, autores desconhecidos dos factos históricos ou incapazes de os apreciar sem motivações políticas o invocam como autor das maiores perseguições contra os liberais(27).

O Dr. Teixeira de Vasconcelos descreve um episódio da serena conduta do intendente geral da polícia e o conceito em que a Regência o tinha: "Apreederam as autoridades da fronteira grande número de cartas dos oficiais e soldados do exército do marquês de Chaves nas vésperas da invasão, e enviaram-nas à Intendência Geral da Polícia. O sr. Rodrigues de Bastos mandou-as ao governo fechadas como as recebera. O governo resistiu à curiosidade instigada pelo zelo da salvação pública. Ninguém quis abrir tais cartas!" Este episódio também é revocado por Rodrigues de Bastos na apontada biografia da Senhora Infanta Regente "para se ver qual era o respeito, que então se tinha às leis protectoras dos direitos dos povos".

Entretanto, para manter a ordem foi autorizado o intendente geral da polícia, conforme pedira, a efectuar as despesas necessárias e que não podiam legalizar-se pela forma ordinária. A portaria está assinada pela Infanta Regente e pelo ministro da justiça Pedro de Melo Breyner, com a data de 13 de Novembro de 1826. Nela se autorizam "aquellas despesas que semelhante fim se fizerem pelo sobre-dito Intendente, com as pessoas empregadas na segurança publica, legitimando-se as mesmas despesas pelo modo possível, e com a sua aprovação quando de outro modo não possam legalizar-se" (28). Este diploma foi registado no livro 1º das Portarias e Avisos em 23 de Novembro, precisamente no dia em que a invasão se concretizou, com a entrada do Marquês de Chaves por Trás -os-Montes. Ele logrou o levantamento da província e apoderar-se de Bragança. Por seu turno, o brigadeiro Teles Jordão penetrara no país pelas proximidades de Almeida.

Posto que os miguelistas fossem repelidos, a agitação e as conspiratas mantinham-se. Constituído novo governo, fora confiada a Saldanha a pasta da guerra que, pouco tempo decorrido, ficou inactivo durante cerca de cinco meses, vitimado por grave doença. E quando retomou as funções, activamente

promoveu oficiais e nomeou generais de confiança, afectos à causa liberal, para os governos das províncias, e reorganizou o exército com o aumento do activo. Entre as mais providências que exigia se adoptasse era a substituição do intendente geral da polícia, do presidente da Relação de Lisboa e do chanceler da do Porto por, no seu conceito, serem inimigos declarados das ideias novas. Em conselho fez questão pessoal de tais demissões. A Infanta prometeu assinar os respectivos decretos, mas quando lhe foram apresentados para o efeito, recusou apor a sua assinatura, por sugestões da Corte e



Igreja Paroquial de Valongo do Vouga.  
Retábulo de uma capela lateral (Séc. XVIII, inicial)

do embaixador inglês William A'Court. Em face desta recusa Saldanha pediu a exoneração, que foi aceite em 23 - 7 - 1827 pela Regente com o expresso desabafo de que este ministro era "pessoa que já de algum tempo lhe pesava entre os do seu conselho". Foi substituído pelo Conde da Ponte. Saldanha, vexado pela falta de solidariedade dos colegas, retirou-se para Sintra, "vociferando contra as camarilhas da infanta".

A notícia alastrou rapidamente e os clubes liberais organizaram motins por grande número de populares e soldados, bem como de oficiais promovidos por Saldanha em sinal de protesto, nessa

mesma noite. Era uma arruaça com vivas à carta, a D. Pedro e a Saldanha e morras ao intendente da Polícia, em frente da casa deste. Nas noites seguintes foram repetidas e prolongaram-se até ao fim do mês. E como essas arruaças aparelhavam-se de noite à luz de archotes, ficaram conhecidas por archotadas.

Também no Porto e noutras localidades manifestações idênticas tiveram lugar.

O governo teve de enfrentar a situação e a GAZETA DE LISBOA, em 30 de Julho, publica o edital dimanado de José Joaquim Rodrigues de Bastos a proibir na capital ajuntamentos de mais de oito ou dez pessoas. Abriram-se devassas. Foram pronunciadas muitas pessoas, entre as quais alguns pares do reino (29).

Entretanto, D. Pedro, do Brasil, nomeara D. Miguel seu lugar-tenente, o que traduzia a situação política equívoca e melindrosa em que estava o país, com uma rainha *de jure*, D. Maria da Glória, e um rei de facto, D. Pedro, portquanto este conferira ao irmão a plenitude de poderes que lhe pertenciam como rei de Portugal.

Perspectivava-se a chegada a Lisboa de D. Miguel. As câmaras reabriram no princípio do ano de 1828. Na Câmara dos Pares procedeu-se ao julgamento dos seus membros implicados no movimento das archotadas, que culminou com a absolvição geral.

E a 22 de Fevereiro chegou D. Miguel a Lisboa, no meio de grande apoteose, com vivas a D. Miguel rei absoluto e morras a D. Pedro e à Carta.

Terminara a regência constitucional da Infanta D. Isabel Maria e começava a de D. Miguel que renovara o juramento de fidelidade à Carta e a D. Pedro.

Saldanha tinha embarcado para Inglaterra, o que foi seguido por muitos liberais que começaram a ser perseguidos pelas turbas entusiasmadas e exaltadas. Data de 21 de Março de 1828 a ordem assinada pelo ministro da Guerra Conde de Rio Pardo, e dirigida a José Joaquim Rodrigues de Bastos, em nome de Sua Alteza o Senhor Infante Regente, que faça prender o marechal de campo João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun "que constando ter chegado furtivamente há dois dias a este porto, se conserva occulto sem apresentarse às Authorities, como he de sua obrigação; e o mande conduzir à ordem do Mesmo Senhor prezo à Torre de Bellem. Iguamente ordena Sua Alteza haja V. Ex<sup>a</sup> de mandar capturar e entregar seguros no Forte da Junqueira, e no Castello de S. Jorge os Condes da Cunha, e da Taipa, D. Manuel da Camara, e o Marquez de Fronteira, os quaes consta se conservão escondidos, e tem conferências nocturnas com o dito Marechal" (30).

O lèvedo conspirativo avolumava-se e o Governo entendeu proceder ao saneamento dos cargos principais e de confiança, com a nomeação de novos

generais das províncias, comandantes de corpos militares e outras autoridades. Desta forma, o Conselheiro Rodrigues de Bastos, considerado prudente, foi demitido por decreto de 12 de Abril e substituído por José Barata Freire de Lima (31).

Esta demissão confirma a correcta linha de comportamento de Rodrigues de Bastos, pela forma como atrás é reconstituída com arrimo nos factos históricos em que se viu envolvido e nos escritos da sua autoria. Com efeito, pautou toda a vida - e foi longa - pelas mais sólidas bases religiosas, produto de toda uma vida de concentração espiritual e de estudo. Não admitia violências, nem as praticava e compreendia as ideias dos outros. Serenamente ele queria interpretar os acontecimentos no fluir histórico.

Mais tarde ele escreveria nas MEDITAÇÕES OU DISCURSOS RELIGIOSOS:

"Quem afiança ao sectário do governo absoluto, que não pode haver salvação no governo representativo? Ao governo representativo, que a não pode haver no governo absoluto? Ao da monarquia, que a não pode haver na república? Ao da república, que a não pode haver na monarquia? Quem dotou uns ou outros do attributo divino da infalibilidade? Ou quem os fez árbitros dos destinos da humanidade, para lhe imporem a lei de seus caprichos?"

E mais adiante acrescenta:  
"Não há nada mais contrário aos fins da sociedade, que as paixões políticas. A sociedade foi instituída para unir os homens; e as paixões políticas são as forças que os desunem; são as tempestades que os dispersam".

A mesma ideia põe expressa, como juízo prudente e sábio, na boca da VIRGEM DA POLÓNIA, personagem da sua admirável criação:

"Revestir a autoridade de um poder inquisitorial, quando uma nação está em perigo, é outro absurdo. Se uma nação está em perigo, o que convém é procurar unir os cidadãos, e não irritá-los e desuni-los; é diminuir os elementos de descontentamento público, e não multiplicá-los; é restabelecer a marcha da justiça, e não substituir-lhe o despotismo feroz e desenfreado".

Entretanto, o processo político tendente à proclamação de D. Miguel como rei desenvolvia-se acelerada e inevitavelmente. No dia do aniversário natalício da Rainha D. Carlota Joaquina, em 25 de Abril, o fervor absolutista subiu ao rubro, e, em frente dos paços da Câmara Municipal, grande multidão já vitoriava D. Miguel como rei. Os vereadores não repeliam aquela expressão popular e aproveitaram-na para elaborar o auto de representação da cidade de Lisboa a reclamar fosse D. Miguel proclamado rei legítimo.

No palácio do duque de Lafões reuniram-se os representantes da nobreza e Pares do Reino e acordaram em enviar a mensagem a D. Miguel pedindo-lhe a convocação dos Três Estados em

ordem a decidir a questão de legitimidade e para se abrogar a Carta. Nesse mesmo dia é promulgado o decreto da convocação das Cortes tradicionais.

As cartas de convocação datam do dia 6 e possuiu a que foi dirigida pelo Infante ao nosso biografado:

"Joze Joaquim Rodrigues de Bastos, Amigo: Eu o Infante Regente vos Envio muito saudar. Para reconhecer a applicação de graves pontos de Direito Portuguez, e por este modo se restituirem a concórdia, e socego publico, e poderem tomar assento e boa direcção todos os importantes Negocios de Estado: tenho rezoluto celebrar nesta Cidade de Lisboa dentro de trinta dias contados desde a datta desta; e devendo vós assistir a ellas conforme as Reaes Dispozicoens dos Senhores Reys destes Reynos dadas a similhante respeito, e uzos, e costumes antigos desde o principio da Monarchia, e para hum Acto em que se deverão tratar tão importantes, e interessantes materias vos Envio esta para vossa intelligencia, e devida execução na parte que vos toca, a fim de vos acheis nestas Cortes, conforme he vossa obrigação; sendo vós avisado em tempo competente pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Reyno do dia, hora, e local em que as ditas Cortes

nobreza a assinatura de José Joaquim Rodrigues de Bastos, desembargador do Paço (32). O seu biógrafo Teixeira de Vasconcelos, já várias vezes citado, fornece a cabal explicação do facto. Importava terminar com as dissensões internas. Os próprios liberais, apesar de desconfiarem das intenções do Príncipe e de recearem a preponderância dos seus partidários, pareciam resolvidos a aceitar a nova situação se lhes permitisse viver em paz. Por outro lado, revelava-se indesmentível o apoio popular. Seria de todo indiferente que D. Miguel subisse ao trono por direito hereditário ou por casamento, pois de qualquer forma reinaria, atento o facto de o casamento com a sobrinha constituir um ponto em que se acordara.

A partir desta data Rodrigues de Bastos alheou-se das disputas políticas que então se travaram, "em nulidade política e concentração doméstica", cumprindo o serviço de desembargador do Paço até à extinção deste Tribunal superior pelo decreto de 3 - 8 - 1833.

Desde então, com a idade de 55 anos, recoheu-se à vida privada, inteiramente consagrado ao estudo de assuntos religiosos e morais e ao cultivo das letras.



D. Maria Joaquina Rodrigues de Sampaio e marido o Conselheiro José Joaquim Rodrigues de Bastos pintados, em 1821, por Domingos Sequeira

hão de ter lugar, e no cazo que tenha justo impedimento para concorrerdes, enviareis Procuração a pessoa que tenha votto nellas. Escripta na Palacio de Nossa Senhora de Ajuda em seis de Mayo de mil oitocentos e vinte e oito. O Infante Regente. José Joaquim Rodrigues de Bastos".

A reunião das Cortes teve lugar em 23 de Junho e as sessões prosseguiram até 11 de Julho, altura em que foi aprovado o respectivo auto, ao qual se seguiu a aclamação de D. Miguel como rei. No aludido auto de aclamação aparece no braço da

Ainda viveu durante algum tempo em Lisboa pois, em 1848, recebeu a visita de um conterrâneo de nome Joaquim José Ferreira Baptista, que registou uma viagem de Macinhata do Vouga, donde partira em 20 de Agosto, até Lisboa. Escreveu ele no tocante ao assunto que nos interessa: "Fui ver o meu patricio Desembargador Bastos (antigo Intendente Geral da Policia) que morava em Santa Isabel, e indo para lá passei junto da casa do Conde das Antas..." (33).

Constitui flagrante inexactidão, atento o atrás

relatado, o que escreveu o Dr. Maximiano Lemos na sua monumental ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA ILUSTRADA, aí referindo que Rodrigues de Bastos, em 1827, foi nomeado intendente geral da polícia, aderindo nessa qualidade ao governo de D. Miguel, que o incumbiu de diferentes missões importantes, e em 1833, restabelecido o governo constitucional, abandonou a vida pública.

Na VERBO - ENCICLOPÉDIA LUSO - BRASILEIRA DE CULTURA, referente ao apelido Bastos (34), em artigo assinado por Martinho Ferreira, repete-se o mesmo erro, afirmando-se que ele militou, desde 1827, nas fileiras do absolutismo.

Sem embargo, como se viu, ele tomou sempre uma atitude de liberal moderado e por ela foi sancionado com a demissão logo no início da regência de D. Pedro e desde 16 - 8 - 1826, como atrás é dito. A carta de nomeação tem pendente o selo de chumbo de D. Pedro IV.

Ele teve sempre o equilíbrio de manter uma posição razoável, limadora de extremismos, bafejada todas as suas atitudes por um real sentido de justiça e de amor cristão. Via o homem virtuoso e sábio como imaginou o pai da VIRGEM DA POLÓNIA, o seu belo romance moral: "Vivendo num tempo de partidos, e no meio deles não pertencia a nenhum. Estava persuadido de que quem veste a libré de um partido não pode ser livre, e ele amava a liberdade. Sabia que se não pode permanecer dentro dos limites da razão sem ser detestado dos homens de partido, nem tomar um partido sem se sair dos limites da razão; mas oferecesse-lhe um ceptro para transcender, ainda levemente, estes limites, e ver-se-ia como ele o rejeitava" (35). Neste passo ele retomou o conceito que formulara da conduta da Infanta Regente ao escrever, a página 13 da obra biográfica já apontada: "Ela amava a liberdade; mas tendo por certo que Deus a não concede senão à moderação e à justiça, não cria na apregoada liberdade dos partidos. Pensava, como um grande político da antiguidade, que quem veste a libré de um partido não pode ser livre".

Como ficou dito, finda a sua vida pública, dedicou o tempo de recolhimento a escrever livros de doutrinação moral e religiosa.

Publicou as seguintes obras:

1) BIOGRAFIA DA SERENÍSSIMA SENHORA INFANTA D. ISABEL MARIA, opúsculo de 20 páginas, muito raro, que saiu sem data de impressão.

2) MEDITAÇÕES OU DISCURSOS RELIGIOSOS, 1ª edição de 1842, impresso em Lisboa na Imprensa Nacional. António Feliciano de Castilho, então redactor da Revista Universal, anunciou a aparição deste livro com o qualitativo de Livro de Ouro. A segunda edição foi impressa no ano seguinte; a terceira foi aumentada com alguns capítulos e uma introdução, e saiu em 1844. A quarta edição foi

publicada em 1846, pela Imprensa Nacional, posto o Dr. A. A. Teixeira de Vasconcelos afirmasse que 4ª e a 5ª edições datem de 1850 e saíssem dos prelos portugueses. As 6ª e 7ª edições datam de 1857, da Casa de Cruz Coutinho, do Porto.

O Conselho Superior da Instrução Pública adoptou a obra para uso das escolas públicas e particulares. Foi traduzida para francês, com autorização do arcebispo de Paris. Também teve traduções para italiano e inglês.

O arcebispo do Rio de Janeiro mandou fazer uma edição à sua custa que mandou distribuir gratuitamente pelos colégios e pelo clero.

A obra, como se vê na prefação da edição francesa, constitui um verdadeiro código religioso e filosófico. O autor evidencia aí uma erudição imensa. Quando proclama um preceito evangélico, cita imediatamente uma autoridade humana entre os antigos e os modernos tratadistas que força, por argumentos peremptórios, a resistência do cepticismo a confessar-se vencido.

3) COLECÇÃO DE PENSAMENTOS, MÁXIMAS E PROVÉRBIOS, 2ª edição em 1847, em dois tomos, da Imprensa Nacional. Afirma o autor, no prefácio de segunda edição, que "não passou de mero ensaio a primeira edição de pensamentos e máximas, que sem nome de autor nem de editor eu publiquei no ano de 1845".

A terceira edição é já editada no Porto, em 1854, pela Casa de Cruz Coutinho, da Rua dos Caldeireiros. No seu Dicionário, Inocêncio Francisco da Silva considerou a obra mais notável que, no seu género, existe em Portugal. Mereceu ao autor o epíteto de Rochefoucauld português.

4) A VIRGEM DA POLÓNIA, com cinco edições. A segunda, muito aumentada, saiu do prelo da Imprensa Nacional em 1849.

É uma obra de grande vigor moral, escrita, como todas as saídas da sua pena, numa linguagem escorreita, fluída, de grande beleza plástica, e com denso conteúdo.

Tal voga teve este livro que Aquilino Ribeiro, para a evidenciar como facto real, refere em O ROMANCE DE CAMILO que no espólio de Manuel Joaquim Botelho, o pai de Camilo Castelo Branco, "não se encontrou um alfarrábio em casa, nem sequer o FELIZ INDEPENDENTE ou A VIRGEM DA POLÓNIA que andavam em todos os açafates da costura, mas não se vá supor, daí, que o homem era desataviado totalmente de letras" (36). Convenha-se que houve na citação o propósito de Mestre Aquilino de mostrar o domínio de conhecimentos, mas não curou que, em 1833, quando Manuel Joaquim Botelho deixou este mundo, A VIRGEM DA POLÓNIA não existia. Só veio a ser impressa alguns anos decorridos.

5) OS DOIS ARTISTAS OU ALBANO E VIRGÍNIA, editada em 1853, impressa na Tipografia de Sebastião José Pereira, à praça de Santa Teresa

no Porto. A terceira e última edição é do ano de 1857.

6) O MÉDICO DO DESERTO editada em 1857. A segunda edição tem a mesma data e o editor é a Casa de Cruz Coutinho. No prefácio da segunda edição o autor despede-se dos leitores. Entende que a obra já resente o gelo da idade do seu autor, que tinha 80 anos. E termina: "A vida humana tem um termo, que se não pode ultrapassar; e ao estar-se próximo a tocar este termo, não devemos abandonar o mundo, antes que ele nos abandone".

Colaborou também no jornal portuense O COMÉRCIO onde, em artigo publicado em 19 - 1 - 1855, versou sobre a alfândega do Porto e a necessidade da respectiva edificação e o parecer que dera quando fora, nesta cidade, o corregedor e provedor.

Do atrás expendido verifica-se que foi autor muito apreciado e logrou grande difusão o melhor da sua obra à conta das sucessivas edições produzidas em curto espaço de tempo. Camilo não deixou de evidenciar este facto na sua novela VINTE HORAS DE LITEIRA quando escreveu: "Entre nós, há um exemplo da duração de um nome devido á gravidade das máximas: são os romances do conselheiro Rodrigues de Bastos". E logo reflexiona, com faceto modo, reportando-se ao mesmo autor, então já falecido de proecta idade: "É todavia necessário lhe revelem o tom pedagógico dos axiomas..." (37).

Era pessoa muito considerada nos meios sociais e culturais do Porto. Em 26-12-1854 noticiava O COMÉRCIO que, no dia anterior, tivera lugar, no salão do teatro da cidade, a reunião projectada por alguns indivíduos da imprensa e da literatura para homenagear Almeida Garrett, tendo presidido ao acto o Conselheiro Rodrigues de Bastos.

António Feliciano de Castilho, ao ofertar-lhe um exemplar da sua obra elegíaca TRIBUTO PORTUGUÊS NO TRÂNSITO DE SUA MAGESTADE EL - REI O SENHOR D. PEDROV, escreveu esta dedicatória, que assinou com a letra desgarrada de cego: "Ao Ill.mo e Ex.mo S.or Conselheiro José Joaquim Rodrigues de Bastos - o seu admirador, amigo, e discípulo Castilho".

O Conselheiro Bastos faleceu no estado de viúvo, já próximo dos 85 anos, às três horas da tarde, em 4-10-1862, na sua casa à Rua de Santa Catarina, na cidade do Porto, e foi sepultado no cemitério do Prado do Repouso. Possuía uma das mais ricas bibliotecas da cidade. Na notícia necrológica em O COMÉRCIO, de 6-10-1862, lê-se que "praticava largamente a caridade pela forma que mais meritória é, sem ostentação, e como que a ocultas, e viveu até à última a vida de sábio laborioso e modesto que exemplificava nas suas acções as virtudes que doutrinaava nos seus estudos".

No testamento cerrado, que escreveu em 18-8-1862, instituiu por herdeiros os três filhos, a saber: o Dr. António Augusto Rodrigues de Bastos que serviu na Relação de Goa e faleceu na Índia; o Dr. Manuel Maria Rodrigues de Bastos que nasceu em

27-11-1809, na Rua de Santa Catarina, da cidade do Porto (38), tirou o curso de Medicina em Paris, foi médico em Angola e veio ocupar na metrópole a presidência do Conselho de Saúde Naval. Faleceu solteiro, sem geração e com testamento feito em Lisboa em 11-5-1875; e D. Maria Josefina Rodrigues de Bastos que nasceu em 10-3-1812, na Rua de Santa Catarina, no Porto, e casou, em 19-3-1855, na Igreja da Sé Catedral do Porto, com o Dr. Manuel Cardoso Coutinho de Madureira, com geração em Beleza de Andrade e Moreira de Sá.

No aludido testamento, o Conselheiro Rodrigues de Bastos dispôs: "O que me deve o Thesouro publico de ordenados do Desembargo do Paço, o que tenho no Banco de Portugal e na companhia de seguros marítimos e terrestres, o ouro, a prata, a mobília, e a minha grande livraria, tudo deixo aos meus ditos filhos para repartirem entre si" (39).

O COMÉRCIO DO PORTO de 10-10-1862, logo na primeira página começa a transcrever a biografia do Conselheiro Rodrigues de Bastos, da autoria do Dr. Teixeira de Vasconcelos e que fora publicada na Revista Contemporânea de Portugal e Brasil, em 1861, transcrição essa que se prolongou por vários números.

O jornal portuense MISCELÂNIA LITERÁRIA, de 1860, a págs. 49 sob a epígrafe Apontamentos Biográficos, fornece dados referentes ao Conselheiro Bastos, da autoria de Manuel Bernardes Branco.

Com o título "Uma notável figura política e literária quase esquecida - O conselheiro José Joaquim Rodrigues de Bastos (ensaio biográfico)", publiquei na revista portuense O TRIPEIRO, de Novembro de 1952, com a fotografia e fac-símile da assinatura do biografado, o meu primeiro estudo.

A rua principal de Arrancada, bem próximo do lugar de Moutedo onde ele nasceu, tem o seu nome, homenagem que a Câmara Municipal de Águeda lhe prestou.

**Dr. Rui Moreira de Sá e Guerra**

#### NOTAS:

1) Livro de assentos paroquiais de baptismos de Valongo, de 1752-1778, fls. 580 verso.

2) Publicada na Revista Contemporânea de Portugal e Brasil, 3º ano, 1861, págs. 387 e 528.

3) No X volume, pág. 183, no vocábulo referente a Valongo do Vouga.

4) Livro de baptismos de 1752-1778, fls. 556 verso.

5) In Revista Contemporânea de Portugal e Brasil, 1861, loc. cit.

6) As provanças e habilitações de sua pessoa para poder ler na Mesa do Desembargo do Paço e ser admitido ao Real Serviço nos lugares de Letras, existente na Torre do Tombo -

leitura dos bacharéis, maço 72, diligência 59, processo do próprio.

7) Livro nº 28 de Matrículas, matrícula nº 76, no Arquivo Geral da Universidade de Coimbra.

8) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, leitura dos bacharéis, processo cotado na nota 6.

9) A Carta de Familiar datada de 23-3-1764, processo de genere do Santo Ofício, no Arq. Nac. da Torre do Tombo, maço 194 de Manuel, nº 1065; cfr. também ARQUIVO DE DISTRITO DE AVEIRO, 1974, pág. 229, no estudo do Dr. Jorge Hugo Pires de Lima "O Distrito de Aveiro nas habilitações do Santo Ofício".

10) Arquivo Distrital do Porto, livro paroquial dos assentos de casamento da freguesia da Sé de 1803 - 1812, fls. 75.

11) Este pergaminho e a demais documentação referente ao conselheiro Rodrigues de Bastos são de minha propriedade; advieram-me pelo encadeamento sucessório dos elos familiares porque sou o seu tetraneto. Cfr. GENEALOGIA DOS BELEZAS DE ANDRADE, da minha autoria, págs. 62 e seguintes, editado em Braga, ano 1965.

12) O original desta carta de mercê, em pergaminho, faz parte do meu arquivo.

13) Doc. da minha propriedade.

14) Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, nº 1, pág. 4.

15) Ibid., nº 44, de 28 - 3-1821, pág. 383.

16) Cfr. SEQUEIRA NA ARTE DO SEU TEMPO, 1969, pág. 29-30 e 51, de Armando Lucena.

17) e 18) Da minha propriedade.

19) HISTÓRIA DE PORTUGAL, edição de Barcelos, dirigida pelo Dr. Damião Peres, vol. VII, pág. 125.

20) Documentos da minha propriedade.

21) Cfr. NOBREZA DE PORTUGAL, dirigida pelo Dr. Afonso Eduardo Martins Zúquete, vol. III, pág. 204.

22) 23) 24) e 25) - Da minha propriedade.

26) De um opúsculo muito raro em que Rodrigues de Bastos biografa a Infanta D. Isabel Maria, a que adiante se fará referência.

27) Cfr. LIBERAIS E MIGUELISTAS: REINADO DE D. JOÃO VI - REGÊNCIA DE D. ISABEL MARIA - D. MIGUEL I - REGÊNCIA DE D. PEDRO 1817 - 1834, a pág. 127, da Coleção Portugal Histórico, direcção de A. Duarte de Almeida.

28) Da minha propriedade.

29) HISTÓRIA DE PORTUGAL, vol. VII, pág. 156, edição de Barcelos; NOBREZA DE PORTUGAL, vol. III, págs. 264 e 265; DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL, dirigido pelo Dr. Joel Serrão, vol. I, pág. 177.

30) Documento da minha propriedade.

31) HISTÓRIA DE PORTUGAL, edição de Barcelos, vol. VII, pág. 161; revista portuense O TRIPEIRO, de 1969, págs. 315 e 333, no estudo do Dr. Francisco Cirne de Castro CORREGEDORES DO PORTO.

32) Cfr. D. MIGUEL II E O SEU TEMPO, pág. 321, de Manuel Galvão.

33) Cfr. ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO, ano 1948, pág. 117.

34) Vol. 3º, coluna 791.

35) A VIRGEM DA POLÓNIA, 2ª edição, 1849, pág. 10.

36) O ROMANCE DE CAMILO, 1ª edição, 1957, pág. 29.

37) Cfr. OBRAS COMPLETAS DE CAMILO CASTELO BRANCO, vol. IV, págs. 1075 e 1076, da edição de Lello & Irmão, Porto, 1985. Também em NOVELAS DO MINHO, no capítulo "Gracejos que Matam", Camilo refere-se a Rodrigues de Bastos a respeito dos duelos e, com efeito, este autor citado, em várias passagens os condena na COLEÇÃO DE PENSAMENTOS, MÁXIMAS E PROVÉRBIOS, em MEDITAÇÕES OU DISCURSOS RELIGIOSOS e na VIRGEM DA POLÓNIA.

38) Arquivo Distrital do Porto, assentos paroquiais da freguesia de Santo Ildefonso de 1809-1813, fls. 53 verso.

39) O original do testamento é da minha propriedade.

bib RIA

1.

Mumadona  
é senhora e dona  
do veleiro  
desfraldado,  
que impelido  
pela nortada  
de milénios,  
arribou um dia  
a este chão salgado.

Em refulgências,  
ardia a luz  
nas superfícies líquidas,  
espelhos de verdes semeados  
por mágicos divinos.

Veleiro de aventura  
na pia do baptismo,  
com cabos de ternura,  
âncora de Aveirismo.

2.

Artesãos de antanho,  
corpos esculpídos  
em bronze  
ao sol da lida,  
mourejam  
em dádiva  
hercúlea e secular  
na terra lagunar,  
por prometida.

São irmãos  
de Gebel Tarique

Irmãos  
daqueles que mais tarde  
sossobraram  
às mãos de Afonso,  
em Ourique.

Qual jardim,  
pagela a pagela,  
floresce a salina  
do festim  
da botadela.

3.

Armam-se  
acampamentos de virgens,  
num polvilhar de cristais  
pelas distâncias.

Os cones apontados  
à abóbada mesclada  
de azul e ouro,  
alvinitentes,  
são meninos de coro  
em orações de silêncio.

Em deslumbramento,  
ao som da melopeia  
marítima,  
ligeiro,  
o veleiro  
fundeia  
com as suas gentes.

As velas e os mastros  
adormecidos  
ao vaivém  
das marés geradas  
no ventre oceânico,  
criam raízes  
nos fundos transparentes.

Sepultam-se as âncoras  
em túmulos de lodo.  
E para a eternidade  
no seu todo,  
são matrizes.

4.

Girândolas de aves  
sobem aos ares  
em algazarra domingueira  
fendendo espaços.

"Os caixilhos das janelas  
do céu" de Almada  
estilhaçam-se  
ao ziguezaguear dos voos  
reflectidos,  
como lampadário  
escancarando as portas  
da perenidade  
de Alavário.

5.

Arriado o velame,  
os vertedouros  
escoam o tempo,  
que se dilui  
por canais e esteiros  
desenhados  
por artistas marinheiros

Com o tempo,  
escoam-se as estações,  
as luas,  
as marés,  
as nortadas,  
os poentes,  
e as botadelas  
consteladas.

Então,  
mutação em mutação,  
o tempo,  
presa fácil  
da rede que o envolve  
e tece,  
renasce em estações,  
em luas e marés,  
nortadas e poentes,  
em outras botadelas,  
e amanhece.

7.

O burgo predestinado  
expande-se em grandeza.  
Transbordam de azáfama  
as carreiras de São Roque.  
Emergem das cavernas  
Frotas de veleiros.  
Um mar de mar  
inunda a vista  
Um mundo por descobrir  
e a ânsia da conquista  
bóiam nos corações  
aventureiros.

Sonha-se para além  
das vagas atlânticas  
nas lonjuras africanas,  
em cada confim,  
por mais esconso.

É assim,  
que ufanas,  
alcançam  
as terras de Benim,  
as naus  
de João Afonso.

6.

A Porta do Sol  
das muralhas  
abre-se ao astro-rei.  
Desenham-se sombras  
de torres e ameias  
nos leitos de lajedo.  
A suavidade da manhã  
penetra em cada casa,  
e, de porta em porta,  
desvenda-se o segredo.

E as velas e mais velas  
que partem,  
em nova expedição,  
são como botadelas  
doutro verão.

Joana,  
eleita do Senhor,  
Infanta de Portugal,  
raíña de virtudes,  
acaba de transpor  
o portal do mosteiro  
da "pequena Lisboa"  
a que chamou a Aveiro.

Algures na costa,  
levanta-se um padrão.  
Drapejam quinas  
na praça conquistada.  
E em defesa,  
triumfante,  
empunha a espada  
a heroína Antónia  
em Mazagão.

8.

Repetem-se estações,  
luas e marés,  
nortadas e poentes,  
e exultam  
botadelas de emoções  
no peito doutras gentes

Mas a vileza torpe  
se agiganta,  
e a espumar ódio,  
vómitos de assassínio  
na garganta,  
clama a ignóbil morte.

O grito  
de Gravito  
e de seus pares,  
não se extingue  
nos esgares  
do patíbulo feroz  
da Praça Nova.  
Repercute-se  
em botadela de alvorada.  
E na voz  
de José Estêvão  
e Mendes Leite  
se renova,  
pela Liberdade  
À Pátria amada.

*Amadeu de Sousa*

*Aveiro, Janeiro de 1988*



# Edições da Câmara Municipal

## 1. — LIVROS E OPÚSCULOS

- AVEIRO, BERÇO DA LIBERDADE, A REVOLUÇÃO DE 16 DE MAIO DE 1828 — Marques Gomes - Ed. 1928.
- AVEIRO, ROTEIRO DA CIDADE — Comissão Municipal de Turismo - Ed. 1945.
- DIVAGAÇÕES DE UM TERCEIRO — Jaime de Magalhães Lima - Ed. 1957.
- DISCURSO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. ALBERTO SOUTO NO ACTO SOLENE DA SUA POSSE EM 11 DE MAIO DE 1957 - Ed. 1957.
- EFEMÉRIDES AVEIRENSES. VOL. I — António Cristo - Ed. 1959.
- COLECTANEA DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS. VOL. I — Rocha Madail - Ed. 1959
- JOSÉ ESTÊVÃO - ESTUDO E COLECTÂNEA — Comissão do Centenário de José Estêvão - Ed. 1962.
- O MEU DIÁRIO DE VIAGEM — D. João Evangelista de Lima Vidal - Ed. 1967.
- COLECTÂNEA DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS. VOL. II — Rocha Madail - Ed. 1968.
- LIVRO DE ACORDOS DA CÂMARA DE AVEIRO DE 1580 — Francisco Ferreira Neves - Ed. 1971.
- MOLICEIROS — Diamantino Dias - Ed. 1971.
- AVEIRO E A SUA REGIÃO — Fernando Rebelo / Ângelo Quaresma - Ed. 1979.
- A FREGUESIA DE SÃO BERNARDO — João Gonçalves Gaspar - Ed. 1980.
- A PRINCESA SANTA JOANA E A SUA ÉPOCA 1452-1490 — João Gonçalves Gaspar - Ed. 1981.
- ROTEIRO DE AVEIRO — Comissão Municipal de Turismo - Ed. 1983.
- JOSÉ ESTÊVÃO - DISCURSOS PARLAMENTARES Ed. 1983 ( Reimpressão fac-similada da 1.ª edição).
- AVEIRO. NOTAS HISTÓRICAS — João Gonçalves Gaspar - Ed. 1983.
- CACIA E O BAIXO VOUGA - APONTAMENTOS HISTÓRICOS E ETNOGRÁFICOS — Bartolomeu Conde (Coordenador) - Ed. 1984.
- AVEIRO ANTIGO. CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO DE ANTÓNIO GRAÇA — Ed. 1985.
- INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA. COMEMORAÇÃO DOS 75 ANOS. IMAGENS DA ÉPOCA — Co-ordenação de Custódio Ramos, Emanuel Cunha e Manuel Rodrigues - Ed. 1985.
- CALENDÁRIO HISTÓRICO DE AVEIRO — António Cristo e João Gonçalves Gaspar — Ed. 1986.
- ORIGENS DA RIA DE AVEIRO — Orlando de Oliveira — Ed. 1988
- BOLETIM MUNICIPL DE AVEIRO - nº 1 - Março de 1983; nº 2 - Outubro de 1983; nº 3 - Abril de 1984; nº 4 - Outubro de 1984; nº 5 - Março de 1985; nº 6 - Dezembro de 1985; nº 7 - Junho de 1986; nº 8 - Dezembro de 1986; nº 9 - Junho de 1987; nº 10 - Dezembro de 1987; nº 11 - Junho de 1988.
- ## 2. — CERÂMICA
- ESTATUETA DE SANTA JOANA — Escultor: Jorge José de Figueiredo; Material: «Biscuit»; Oficina: Fábrica da Vista Alegre; Tiragem: Mil exemplares numerados (Série limitada); Ano: 1983.
- ESTATUETA DE SANTA JOANA — Escultora: D. Maria Graciosa Mendes de Carvalho; Material: Barro vermelho; Oficina: José Augusto; Ano: 1983.
- BUSTO DA REPÚBLICA — Escultor e oficina: José Augusto; Material: Barro vermelho; Ano: 1985.
- ## 3. — NUMISMÁTICA
- MEDALHA COMEMORATIVA DO 225.º ANIVERSÁRIO DA ELEVAÇÃO DE AVEIRO A CIDADE — Desenho: José Augusto; Diâmetro: 8,9 cm; Material: Bronze; Tiragem: 500 ex. Ano: 1984.
- MEDALHA COMEMORATIVA DO 550.º ANIVERSÁRIO DA FEIRA DE MARÇO — Desenho: Jorge Trindade; Diâmetro: 7,9 cm; Material: Bronze; Ano: 1984.

# Breve história do "ISCA"

por Dr. Orlando de Oliveira

Ainda hoje estão por explicar as manifestações oníricas, mas a verdade é que os sonhos existem.

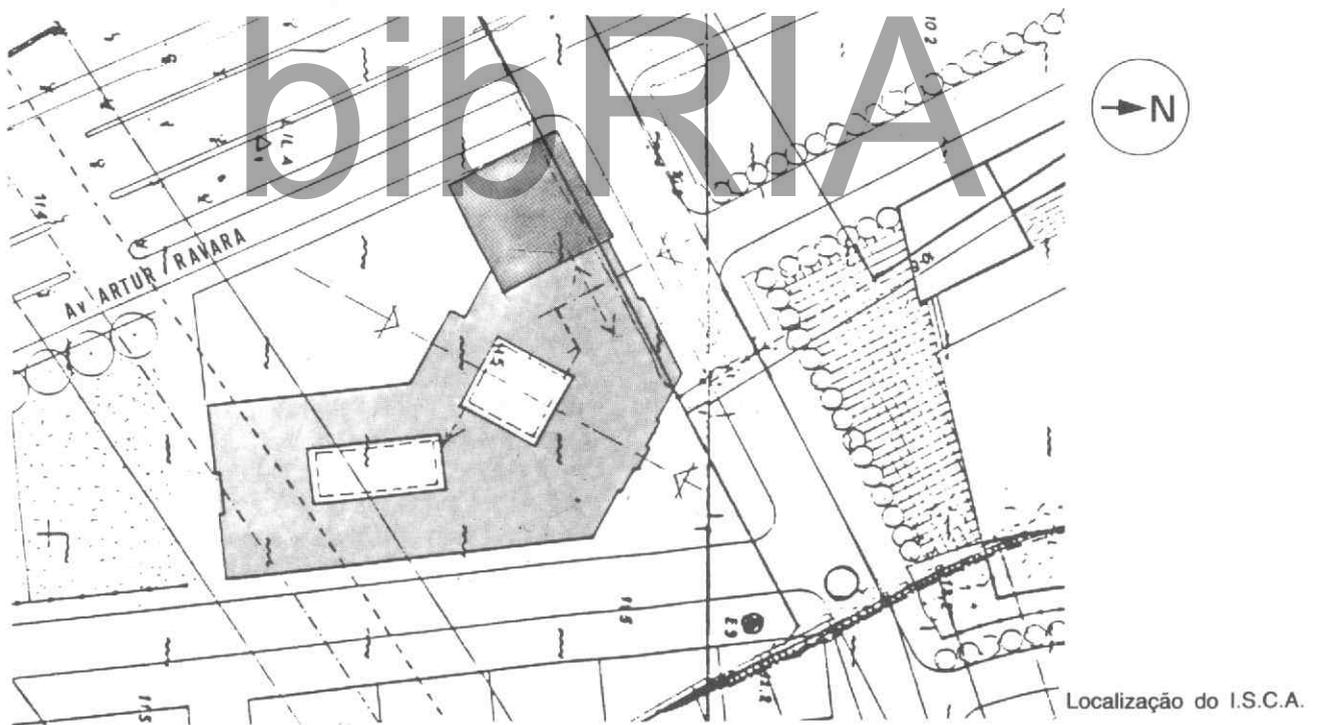
Os problemas da juventude estavam (ainda estão) tão vivamente arraigados em mim que posso dizer sem exagero que passei toda a vida a sonhar, isto é, a arquitectar projectos de realizações que beneficiassem os jovens aveirenses.

O meu sonho grande era o de que houvesse em Aveiro um aparelho escolar que proporcionasse todas as oportunidades possíveis aos jovens estudantes, de modo a que eles tivessem à sua disposição todos os tipos de escolas e cursos onde pudessem conquistar a bagagem necessária para triunfar na luta pela vida, na qual venceriam tanto melhor quanto mais bem apetrechados estivessem esses estudantes.

Para um pobre mortal como eu, a

Rocha, ao tempo Director-Geral dos Desportos, edificou-se o Pavilhão Gimno-Desportivo em terrenos do liceu e, neste capítulo, o Engenheiro Alberto Branco Lopes e os Professores D<sup>a</sup> Maria Helena Silva, D<sup>a</sup> Idália Sá Chaves e José Jorge Sá Chaves deram uma preciosa achega quando se elaborou um primoroso trabalho académico cuja finalidade era a de se tentar a criação de um Instituto de Educação Física em Aveiro. O trabalho foi feito graças, principalmente, à muita dedicação e competência da professora D<sup>a</sup> Idália Sá Chaves, mas não se pôde ir mais além. Foi um sonho gorado, à espera de que, mais tarde ou mais cedo, aparecesse um realizador mais feliz, como me parece que vai acontecer, segundo adiante se verá.

c) - Sonhei com a Universidade e sujeitei-me a que me censurassem e chamassem nomes pouco apetecíveis por considerarem e classificarem esse



transformação desse sonho em realidade era praticamente impossível, mas percei o todo e alguma coisa se conseguiu com umas tantas dessas parcelas:

a) - Quanto ao liceu, edifício inicialmente com a forma de U, consegui parcialmente a sua transformação em H, isto é, ampliação da ala sul. Não tive o mesmo êxito para a ala norte.

b) - Em colaboração com o Dr. Armando

sonho como utópico. Afinal, em 1973, a Universidade nasceu por Decreto de 11 de Agosto e já hoje, passados 14 anos, é uma Escola florescente, bem projectada e bem enraizada no meio aveirense.

d) - Do mesmo modo, e com a ajuda do então Governador Civil, Dr. Vale Guimarães, evitou-se o desaparecimento da Escola do Magistério Primário.

Aveiro é o "Berço da Liberdade" como lhe chamou Marques Gomes, mas não é apenas isso: é

a capital de um distrito cheio de virtudes e de capacidades operativas, principalmente nos domínios industriais que fizeram dele o 3º distrito português economicamente mais valioso.

Sabe-se que os jovens de constituição física e estrutura psíquica normais têm geralmente como predominante uma de duas tendências: ou a especulativa ou a de aplicação prática.

Por isso, e numa organização inteligente do ensino, foram postos no trajecto desses mesmos jovens dois tipos de ensino secundário: liceal e técnico. Visto assim o problema, tudo está correcto e o aluno, uma vez terminado o ensino primário, escolheria, destes dois, aquele para que se sentisse mais vocacionado.

Infelizmente, esta ideia, lógica e correcta, foi erradamente transposta para a prática corrente, pensando-se que para o ensino liceal seguiriam os alunos ricos e para o técnico os menos favorecidos na escala social. Daqui resultou o apagamento do ensino técnico e a criação do "ensino unificado". Mas isto são contas doutro rosário.

A verdade é que, dentro do vasto campo do Ensino Técnico, em grau mais elevado do que o secundário, havia em Lisboa e no Porto Escolas denominadas Institutos Médios, um Comercial e outro Industrial.

Os jovens escolares residentes ou naturais de Lisboa e Porto tinham melhores possibilidades de frequentar esses Institutos; os das outras localidades só o podiam fazer se se deslocassem para uma das duas capitais.

Evidentemente que este facto era uma aberração e provocava desejos de o contrabalançar com atitudes compensatórias, proporcionando igualdade de oportunidades a todos os jovens portugueses.

Vivendo nós em Aveiro, distrito com largas capacidades no campo industrial, como já se disse, a exigirem correspondências nos campos comercial e administrativo, sentíamos que a nossa juventude estava fartamente desamparada. Acarinhávamos portanto no nosso espírito a ideia de criar em Aveiro um Instituto Comercial e um Instituto Industrial.

Ponderados os factos, optámos por iniciar os trabalhos pelo Instituto Comercial, por ser muito menos oneroso.

Estudou-se o problema.

O que era afinal um Instituto Comercial?

Em 1947, quando os Institutos Comerciais e Industriais do Porto e de Lisboa ou o ensino neles ministrado contava com cerca de um século de existência, foi publicado em separata do "Boletim da Direcção-Geral do Ensino Técnico Elementar e Médio" um detalhado relatório sobre a situação desse Ensino nos dois níveis, elementar e médio.

Apoiados nesse relatório, diremos o que vai seguir-se.

A finalidade específica dos Institutos Comerciais é preparar os quadros dos auxiliares imediatos da gerência das explorações económicas de diversos tipos. Aí podem, sem dúvida, chegar os diplomados mais hábeis das escolas de grau inferior (elementares), como alguns que se muniram com um diploma universitário, mas nunca daí ascenderão ao plano directivo e de supervisão a que naturalmente poderiam aspirar.

Uma vez que sem dificuldade se encontra a zona própria de actividade correspondente a este grau de ensino comercial, entende-se que deve ser conservado, tanto mais que tem a justificá-lo cerca dum século de existência, e não foi julgado inútil na época em que era ministrado na mesma escola que conferia o diploma de **curso superior**.

A esta razão geral podem juntar-se outras.

As necessidades de formação escolar das técnicas de comércio, nos nossos dois maiores centros mercantis, não podem ser atendidas exclusivamente pelas escolas comerciais. Tanto assim é que o seu professorado e muitos dos que utilizam o trabalho dos seus diplomas solicitam a ampliação dos objectivos de ensino dessas escolas.

À maior complexidade de administração das grandes empresas, que se localizam de preferência em Lisboa e Porto, corresponde muito naturalmente uma escola de grau mais elevado. As empresas de grande porte constituem naturalmente minoria. Por isso um instituto em cada uma daquelas duas cidades parece bastar.

Encerrar o actual instituto do Porto, como muitos preconizam, seria reduzir a nível largamente desproporcionado com as exigências do meio o ensino comercial ali ministrado.

O sistema tem vícios, mas, fundamentalmente, o maior deles provém da função preparatória atribuída até agora aos institutos comerciais. Mais uma razão, pois, para suprimir esta função preparatória, o que permite reduzir a 3 anos o curso de contabilistas, sem qualquer prejuízo para as suas finalidades profissionais.

Tanto o Instituto de Lisboa como o do Porto eram estabelecimentos com largas e boas tradições, com vida já longa a justificar o bom nome feito com os tempos, em que o último Regulamento era o constante do Decreto nº 38 231, de 23 de Abril de 1951.

Por ele se sabia que o objectivo dos Institutos Comerciais era o de preparar contabilistas e técnicos para os serviços das alfândegas e auxiliares da administração. Para isso, leccionavam-se neles 3 cursos:

- a) - Contabilista;
- b) - Perito aduaneiro;
- c) - Correspondente em línguas estrangeiras.

O ensino seria paralelo ao do 3º ciclo liceal e os diplomados com o Curso de Contabilista pode-

riam ingressar no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, nos Cursos de Administração Militar e Naval e estavam legalmente habilitados para peritos dos Tribunais de Comércio, chefes de contabilidade dos serviços da Fazenda e Contabilidade do Ultramar, administradores de falências e funções análogas.

Como se verifica, estes Institutos preparavam alunos para óptimas situações práticas, o que tornava ainda mais aliciante o propósito de instalar um em Aveiro, colocando esta cidade e a sua população em condições idênticas às dos habitantes de Lisboa e Porto.

Uma unidade industrial tem dois sectores bem distintos, embora interligados: o sector técnico e o administrativo. Qual deles o mais valioso? Se, por um lado, é preciso fabricar bem, isto é, produzir mercadorias de boa qualidade para terem aceitação no mercado, por outro, a instituição tem que ser bem administrada, com gerência competente e eficiente.

Estas ideias correspondiam (e correspondem) a dois tipos de Escolas que, no momento do sonho, se chamavam respectivamente Instituto Industrial e Instituto Comercial e se acantonavam no Ministério da Educação num departamento conhecido com a designação de Ensino Médio, ou seja um grau de ensino situado entre o elementar e o superior.

Apenas no Porto e em Lisboa havia tais Escolas repetimos, e por aqui, por Aveiro, sentia-se a necessidade da sua existência, pelas razões já apontadas da pujança industrial do distrito.

Assim se pensava, assim se sonhava. Mas... como realizar o sonho?

Havia ao tempo um colégio de fama em Oliveira de Azeméis de que era proprietário o Senhor António de Almeida, homem de larga iniciativa como vamos ver. Éramos (e somos) amigos e ele costumava abeirar-se de mim sempre que o apoquentava qualquer problema. Foi assim que um belo dia de 1964 ele me procurou para saber o que eu pensaria da possível criação e instalação de um Instituto de Ensino Comercial Médio no distrito de Aveiro, de preferência em Oliveira de Azeméis ou em Aveiro.

Prontamente lhe respondi que estávamos ambos de acordo quanto à necessidade da existência desse Ensino Médio no distrito de Aveiro, mas eu entendia que, dadas as características e o valor industrial do distrito, eram necessários dois Institutos, um Comercial e outro Industrial. Quanto à localização, Oliveira de Azeméis era muito próximo do Porto, e Aveiro tinha a vantagem de ser a capital distrital e ter já portanto um certo número de condições favoráveis que outras localidades não possuíam.

Mais me informou o Senhor António de Almeida que estava acobertado pelo Senhor Leonardo Nunes Pereira, homem de Loureiro (Oliveira de Azeméis), possuidor de fartos capitais e disposto a

colaborar nesta iniciativa.

Aclaravam-se deste modo as premissas condicionantes de uma boa solução para problema tão importante e tão promissor para a juventude aveirense.

Ponderou-se que, embora se pretendessem os dois Institutos, era prudente começar pelo Comercial por este ter menos exigências de instalações e técnicas. Uma vez instalado este, e com êxito, abalançar-nos-íamos ao Industrial.

Assim se pensou e assim se fez. Nasceu o "Instituto Comercial de Aveiro".

Arranjou-se uma casa com um mínimo de condições, na Rua João Mendonça, onde ainda hoje está instalado, comprou-se mobiliário numa fábrica de Avanca e requereu-se superiormente o Alvará do Estabelecimento, para o que comparecemos em Lisboa, no Gabinete do Sub-Secretário de Estado da Educação, o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Engenheiro Agrónomo Henrique Álvaro Pires de Mascarenhas, o Senhor Almeida e eu próprio, aonde entregámos um requerimento depois de expormos verbalmente a nossa pretensão.

Passados alguns dias, tínhamos em nosso poder a comunicação do deferimento respectivo. Estavam reunidos os elementos necessários para iniciarmos o trabalho escolar, faltando apenas encarar o problema do pessoal docente, do pessoal administrativo e do pessoal auxiliar.

Para o pessoal docente, recorri à Dr<sup>a</sup> Armanda Simões Encarnação Dias, licenciada em Matemática, para exercer as funções de directora; além dela, escolhi alguns professores liceais das disciplinas correspondentes aos programas dos Institutos (Decreto N<sup>o</sup> 38 231, de 23.4.951), alguns licenciados em direito do Instituto Nacional do Trabalho, alguns economistas que trabalhavam em Aveiro, e Dr. Frederico de Moura, licenciado em Medicina e em História.

O nosso Instituto (particular) encontrou sérias dificuldades da parte do Instituto do Porto do qual estávamos dependentes porque os professores desta Escola eram profissionais altamente qualificados, cheios de prestígio que punham em dúvida a possibilidade de nós, em Aveiro, conseguirmos um grupo de professores à altura de com eles emparceirar, ideia esta que apenas começou a esfumar-se no fim do ano, quando os nossos alunos foram ao Porto prestar as suas provas de exame.

A instalação do Instituto em Aveiro tinha sido precedida de um estudo demográfico que nos dava as probabilidades de auto-suficiência financeira. Foi uma frustração esse estudo porque a afluência de alunos à nova escola foi desoladoramente fraca. O Estabelecimento de Ensino era particular e havia que pagar as despesas; o referido estudo previa que uma propina de cerca de 500\$00 mensais seria suficiente para o efeito, mas os alunos prováveis fizeram as contas doutra forma. Estavam numa ida-

de em que uma das suas grandes aspirações era a libertação da tutela paterna e, nesse tempo, por pouco mais de 500\$00 mensais arranjava-se no Porto ou em Lisboa uma pensão para estudantes. Era fácil portanto convencer os pais de que pouco se lucrava em frequentar o Instituto de Aveiro e esse pouco era amplamente compensado pelo prestígio e alta competência dos professores dos Institutos do Porto e Lisboa.

Foi assim que o trabalho escolar em Aveiro se iniciou com frequência irrisória, o que causou avultado prejuízo financeiro no final do primeiro ano de funcionamento.

Tentou-se o segundo ano: mais disciplinas, mais professores, mais avultadas despesas. De novo a frequência do 1º ano foi muito baixa e começou a prever-se futuro pouco ambicioso para uma Escola que parecia ser tão necessária em Aveiro.

Eu tinha o encargo de orientar toda a vida do Instituto, sem qualquer remuneração e, como ao tempo era Vereador Camarário, ia dando conhecimento ao Colégio Municipal da precária situação financeira.

Estes factos vinham já do tempo do Engenheiro Henrique de Mascarenhas que exercera a presidência camarária até 3 de Abril de 1965 e agora, com o Dr. Artur Alves Moreira na presidência, começava a encarar-se a possibilidade de a Câmara

**nesta cidade, de um estabelecimento de ensino particular para o ensino comercial de grau médio (Instituto Comercial)".**

O problema ia-se repetindo com agravamento da situação financeira e voltou a ser abordado na sessão da Câmara, de 10 de Abril de 1967, de cuja acta consta que "O Presidente informou a Câmara das diligências feitas, pessoalmente, do que se passou junto do Senhor Subsecretário de Estado da Administração Escolar, referente à actual situação do Instituto Médio do Comércio de Aveiro".

E tudo assim continuou por mais um ano, até que, como consta do Relatório das actividades camarárias de 1968, no capítulo "Instrução": "**Como nota relevante de actuação nesta rubrica da Instrução, há que mencionar a aquisição, por parte da Câmara, do Instituto Médio do Comércio, pela importância de 260 contos, e, ainda, o dispêndio de 186 contos com o seu funcionamento e manutenção. Tal facto se deve à intenção de não deixar acabar, na nossa cidade, tão meritório estabelecimento de ensino que se instituiu por iniciativa particular, antes, mantê-lo até que, superiormente, seja decidido oficializar-se, como tudo leva a crer depois das afirmações feitas pelo Senhor Ministro da Educação Nacional, Dr. José Hermano Saraiva, aquando da visita de S.Exª a Aveiro, em 16 de Dezembro do ano em consideração".**



16-12-1968: VISITA MINISTERIAL A AVEIRO - Após visita feita ao Instituto Médio do Comércio, Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional, escuta alguns esclarecimentos dados pela respectiva Directora, na presença do Presidente da Câmara (Dr. Artur Alves Moreira) e do Governador Civil (Dr. Francisco do Vale Guimarães)

comprar a Escola, mantê-la como municipal e tentar a sua passagem a oficial.

Foi assim que, na acta da sessão camarária de 5 de Abril de 1965, ficou exarado que a Câmara "**deliberou corroborar as diligências já efectuadas pela Presidência respeitantes à instalação,**

Há que realçar e louvar esta atitude da Câmara de então e o do seu Presidente, Dr. Artur Alves Moreira, que deste modo concorreram deliberadamente para que se tornasse definitiva a instalação, em Aveiro, de tão valioso instrumento para a criação de proficientes auxiliares das activida-

des comerciais e industriais do riquíssimo distrito de Aveiro. Honra lhes seja!

Tanto mais que, como vamos ver, veio a acontecer posteriormente a oficialização da Escola. Assim, Aveiro veio a ficar mais rica em instituições escolares e a dispor no seu meio de um estabelecimento que não teria sem a iniciativa referida.

Com efeito, em 1971, três anos depois de a Câmara comprar o Instituto, este recebia o Estatuto de Secção do Instituto Comercial do Porto. A Câmara deve ter investido durante esses 3 anos cerca de 500 contos que passaram a dar bom rendimento imediato, quer na valorização dos alunos, quer nos aumentos de ordem social, professores e empregados administrativos e auxiliares.

Deixou de ser Directora a Dr<sup>a</sup> Armanda Simões Dias e foi nomeado sub-Director da Secção o Dr. Joaquim José da Cunha, que foi destacado do Instituto do Porto para a Secção de Aveiro.

É de salientar ainda que a frequência começou a aumentar porque as propinas passaram a custar muito menos, dando-se assim um passo importante em benefício da nova Escola.

Relembrando os sentimentos que então povoaram o meu pensamento, vou transcrever o que escrevi e foi publicado em "Litoral" de 28 de Agosto de 1971.

"Dada a circunstância de eu então associar a qualidade de edil à de professor, e movido por dois grandes amores — o de contribuir para valorizar os estudantes e o de desejar engrandecer Aveiro — resolvi apresentar o assunto nas actividades camarárias, exibindo como grande argumento o facto de considerar como mais fácil conseguir-se que o Governo ajudasse a libertar-se a Câmara dum eventual encargo com um Instituto já existente, do que criar uma Escola nova, isto é, sem ver na base um sacrifício valioso já feito pela Câmara.

Foi o caso de se esgrimir com o coração e o pensamento cheios de razões e amores válidos. E a verdade é que, mais pela força dessas razões e desses amores do que pela da oratória que nunca quis nada comigo, a Câmara foi total e rapidamente compreensiva, adquirindo a Instituição em crise.

Assim praticou um acto de alto significado político e de autêntico fomento de promoção humana.

Fez-se a sementeira e a terra era úbere, embora tivessem que passar alguns anos e gastar bom dinheiro para aflorar à superfície o primeiro rebento da planta que, precisamente por ser de germinação difícil, traz consigo a simpática promessa de ser forte e umbrosa.

Posto isto, e porque nada mais me cabia, recolhi ao meu silêncio de anacoreta, sem nada mais saber do que se passava. Mas os homens bons e devotados estavam no seu posto a traba-

lhar e faziam-no em silêncio como convém.

Que se passaria entre a Câmara, o Governo Civil e o Governo? Eu nada conhecia mas, como homem da rua, aguardava serenamente o momento propício para lançar os foguetes do regozijo e para ouvir talvez, aqui ou além, o estoiro das garrafas do festivo espumoso.

E, de repente, violento estremeção me acordava do sonho embalador e ternamente apetecido, para que eu soubesse da transformação do Instituto particular em Instituto oficial.

Enquanto não pode ser totalmente independente, será Secção do Instituto Comercial do Porto, mas isso é apenas uma questão de pormenor sem interesse: de facto é um Instituto oficial, onde os alunos pagam uma insignificância e onde todos os actos têm a chamada oficial do Estado e o correspondente valor legal.

Chegada a hora dos hossanas aos que dirigem e comandam, forme-se o cortejo apropriado e demos ao acontecimento o valor de um grande passo em frente, com "rumo" ao futuro de Aveiro.

Bendito o sacrifício camarário, agora nobremente compensado! E que ele sirva para nos galvanizar e seja a promessa de que, antes do destroçar do cortejo, há que dar ainda outros passos em frente com "rumo" ao futuro de Aveiro!

Passou o ano lectivo de 71/72, o primeiro como Secção do Instituto Comercial do Porto, e, em 24 de Junho de 1972, o mesmo jornal "Litoral" publicava outro artigo da minha lavra intitulado "Balanço", onde se dizia:

"As ocorrências "valerosas" são modestas, simples, humildes, dispensando foguetes de  
"As ocorrências "valerosas" são modestas, simples, humildes, dispensando foguetes de propaganda e multidões de anonimato.

Pois assim aconteceu anteontem nesta cidade, quando à tarde se reuniu no Salão Cultural da Câmara um grupo de indivíduos responsáveis e conscientes adultos alguns e jovens outros.

*Fundo da lição:* assinalar efeméride relevante na história do ensino em Aveiro, qual era o final do primeiro ano lectivo da Secção de Aveiro do Instituto Comercial do Porto.

*Material a utilizar:* rememorar a vida da Escola, em referência às três fases até agora percorridas, ou seja, instituto de ensino particular de propriedade particular, instituto de ensino particular de propriedade camarária e Instituto de ensino oficial como agora de facto é.

Aveiro, no reconhecimento do "inalienável direito que todos os jovens têm à educação, não se ficou por sonhos ou palavras altissonantes; foi realista, concretizou e assim

convenceu as Pessoas e Entidades responsáveis de que tinha direitos suficientes para merecer o auxílio estatal e ser dotada com uma Escola desta índole.

Os dirigentes, consubstanciados no Director e Subdirector do Instituto Comercial do Porto, honraram a cidade e a Secção com a sua presença e os seus pensamentos de louvor, concordância e incitamento, deixando-nos a obrigação de fazer o balanço daquele primeiro ano de actividade.

Aveiro, como nas grandes ocorrências, foi modesta, simples e humilde na recepção a tão altos embaixadores da boa nova, mas não faltaram, nem o Governador Civil, nem o Presidente da Câmara, para dizerem aos professores e aos alunos da Secção que acompanhavam atentamente as actividades de uns e de outros e esperavam de todos a melhor dedicação para que Aveiro fosse mais rica e pudesse distribuir melhor essa riqueza.

Bom augúrio esta modéstia, simplicidade e humildade, pois o trabalho escolar só é sério e produtivo quando realizado no recato da sala de aula, sem estridências de trompeta nem zamburques de bombardinos. Assim o teriam entendido os ilustres pedagogos que são o Director e Sub-Director do Porto e os restantes professores que os acompanharam.

Balanço? Pela nossa parte não será difícil de fazer.

Os problemas da educação, embora financeiramente deficitários, são sempre realizações de investimento. Portanto, em vez das habituais rubricas de "Devedores Gerais", "Credores Gerais", "Letras a pagar" ou "Letras a receber", só há que perguntar: Quantos jovens estudantes se valorizaram e enriqueceram com o labor da Secção, de tal modo que venham a aumentar a produtividade aveirense?

A resposta afirmativa é indiscutível; temos todos a certeza segura de que alguns dos nossos estudantes, sem terem abandonado as casas familiares, conquistaram saber e títulos de que em breve tirarão proveito.

Foram muitos os que aproveitaram? A relatividade dos números impõem a sua lei: há cinco anos havia no mundo 450 milhões de estudantes e apenas uma minúscula gota (uma centena) coube este ano ao nosso Instituto. Com números desta grandeza são irrisórias as comparações do muito ou do pouco. O que interessa, isso sim, é que alguns rapazes e umas tantas raparigas se promoveram e dignificaram.

**Conclusão** - A conta de "Lucros e Perdas" terá pequeno lucro financeiro mas produzirá "Cem por um" na valorização do Capital humano que utiliza a instituição. Por isso se pede aos Senhores Accionistas (os Aveirenses) que

dêem a sua confiança ao Instituto (Secção de Aveiro) e aprovem sem reservas as contas desde o primeiro ano de actividade".

Esta fase de "Secção do Instituto Comercial do Porto" durou cinco anos no decorrer dos quais alguns alunos concluíram os seus estudos e arranjam empregos mais ou menos pingues onde prestaram boas provas e granjearam prestígio para a Escola que os preparou. Tudo se foi reflectindo com brilho na nova Escola aveirense e de tal modo que, ao fazer-se uma remodelação dos Institutos Comerciais, (Decreto-Lei nº 327/76, de 6 de Maio), foram criados com a nova designação de "Institutos Superiores de Contabilidade e Administração" apenas 4: Lisboa, Porto, Coimbra e Aveiro, conhecidos com a sigla de "ISCA".

Ficámos assim com a certeza certa de que, se não houvesse uma "Secção do Instituto Comercial do Porto" em Aveiro, também não haveria o "ISCA" de Aveiro. Cumpriram-se integralmente as previsões feitas e, como se calcula, todos nós, os cabouqueiros, sentimos enorme satisfação com esse facto.

A Câmara de Aveiro e o Governo, de mãos dadas, estão a construir um novo edifício para esta Escola e bebemos a notícia no nº 8 do "Boletim Municipal de Aveiro", páginas 59 e 60. Colaborou nos projectos de Arquitectura, de Engenharia, de Águas e Saneamento e de Electricidade uma equipa formada por 3 arquitectos, 6 engenheiros, 6 desenhadores e um Técnico de Construção Civil.

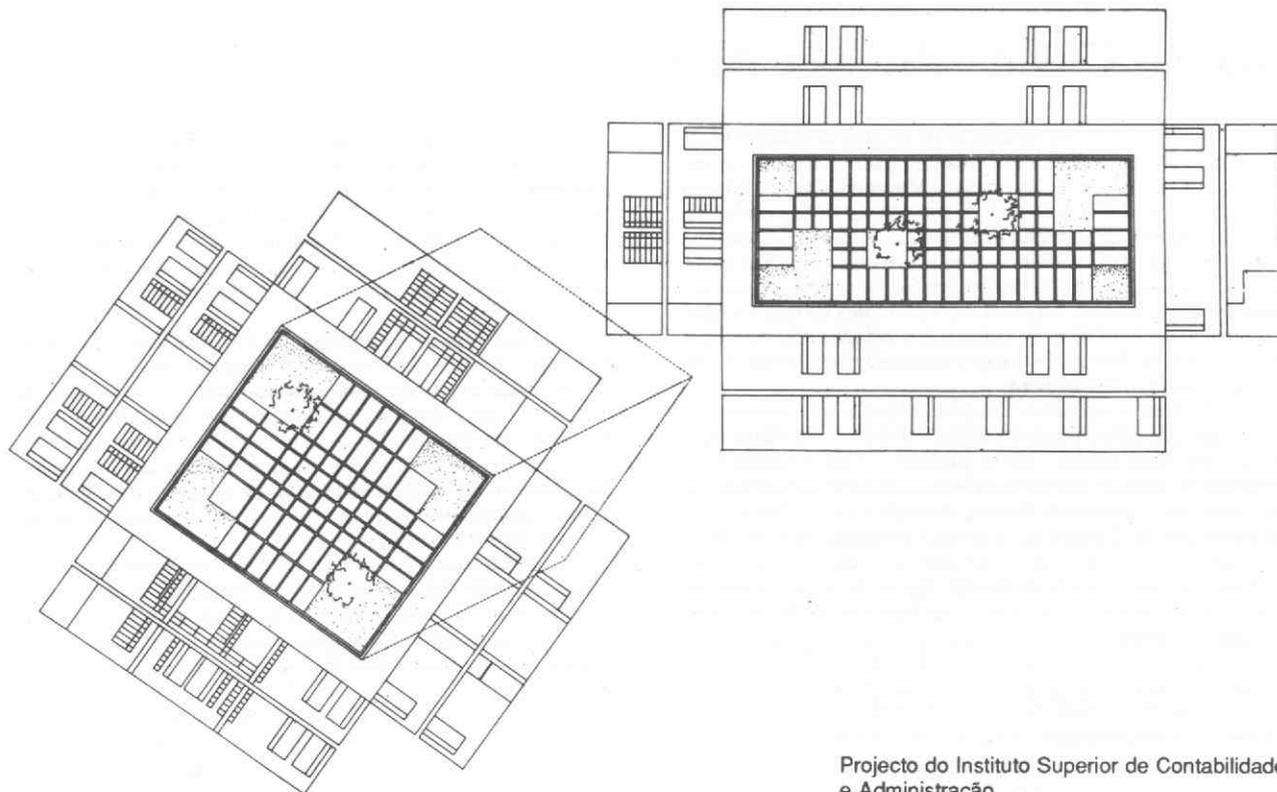
Não se pode dizer que houvesse falta de meios humanos, apesar de se estranhar que nessa equipa não figure nenhum professor nem nenhum aluno que, naturalmente, teriam alguma coisa a dizer sobre a elaboração do programa que deve ter servido de base aos projectos. Talvez por isso, certamente por isso, na descrição do edifício feita com linguagem pretensamente erudita não conste nada sobre seus recreios no meio da rua! Julgamos isto uma falta imperdoável.

Partindo do princípio que o programa da construção do edifício está certo, há que louvar os esforços, quer camarários quer governamentais, realizados para a condigna instalação do "ISCA" de Aveiro. Está quase a chegar a hora das "BODAS DE PRATA" da Instituição e tudo se deve preparar afanosamente para uma celebração apropriada.

Pela minha parte e, atrevo-me a pensá-lo, em nome do Senhor António de Almeida, agora residente em Albufeira, e em memória do Senhor Leonardo Nunes Pereira, associamo-nos às festas que se hão-de realizar e cumprimentamos a todos que connosco colaboraram nas horas más do início. Parabéns para Aveiro, que eu conheço, e que sei não me deixaria ficar mal.

Que o "ISCA" de Aveiro conheça muitos êxitos na sua nova casa.

Este desejo foi o motor que me levou a escrever o presente trabalho.



Projecto do Instituto Superior de Contabilidade e Administração

Mais uma palavra para relembrar o sonho do "Instituto Industrial de Aveiro".

Entretanto leio no jornal Aveirense "Litoral" nº 1482, de 25 de Setembro, próximo passado, uma extensa reportagem sobre um colóquio subordinado ao tema "Programa Estratégico do LNETI e o relacionamento LNETI, Empresas, Universidade", realizado em 18 de Setembro de 1987, sob a organização e orientação da Associação Industrial do Distrito de Aveiro (AIDA), a que preside a Senhora D<sup>a</sup> Maria Helena Cerveira.

Esta Senhora discursou e, do seu longo discurso, destacamos:

1<sup>o</sup> - A defesa acalorada do distrito de Aveiro e o protesto deliberado contra a "partilha que se desenha ou parece querer desenhar-se, formando áreas afectadas à Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN) e outras à Comissão de Coordenação da Região Centro (CCRC)".

Nós que tanto e por tantas vezes temos escrito sobre essa pretensa partilha, não podíamos deixar de nos regozijar por ser tão consagrada personalidade a defender o mesmo ponto de vista que nós defendemos, isto é, a integridade do nosso distrito, sem qualquer tutela das CCR<sup>s</sup>.

2<sup>o</sup> - Transcrevemos:

**"Assim, entendemos que urge promover a implementação, em Aveiro, de um Centro de Formação para Empresários e Técnicos Superiores, em que activamente participem a AIDA, a Universidade de Aveiro, o LNETI, o Ministério do Emprego e Formação Profissional e o Ministério da Indústria.**

Paralelamente a este, pensamos que a outra obra de grande necessidade e oportunidade bem patentes para o distrito e para a qual esta reunião val, certamente, dar especial contributo — aqui contamos sobretudo com a boa vontade de V Ex<sup>a</sup>, Senhor Ministro (da Indústria e Tecnologia) e Senhor Presidente do LNETI (Prof. Veiga Simão) — é a criação, em Aveiro, do Instituto de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico para apoiar, de perto e eficazmente, a nossa indústria tão carenciada".

Quanto ao primeiro ponto, nunca será demais enaltecer o generoso cuidado com que a Senhora Presidente da AIDA pugna pela "defesa da integridade do distrito de Aveiro em futuro projecto de regionalização. O manifesto descontentamento em ralação à partilha do distrito pelas duas Comissões de Coordenação".

Quanto ao segundo ponto, e por palavras mais simples, a referida Senhora pede a criação em Aveiro de uma Escola Superior de Economia e de um "Instituto Industrial". Deste último, disse eu atrás que o meu sonho sobre este tipo de escola saíra gorado, mas eu esperava que, mais tarde ou mais cedo, aparecesse um realizador mais feliz do que eu o fora. Com o coração cheio de esperança, pergunto: terá chegado a hora? Estaremos, daqui a 25 anos, a festejar as bodas de prata do "Instituto Industrial de Aveiro"?

## Dia das Cidades Irmãs e Amigas

No dia 17 de Abril, na sequência do programa da Feira de Março de 1988, estiveram em Aveiro representações oficiais de Cidades Irmãs e Amigas da nossa: - Viana do Castelo, Viseu, Ciudad Rodrigo e Bourges. Na inauguração da Feira e no fim de semana seguinte tinham-nas já visitado autarcas de Arcachon, nomeadamente Anne Guillot de Suduiraut, *maire - adjoint* desta cidade francesa. Devido ao compreensível motivo das distâncias geográficas, estiveram ausentes representantes de Oita (Japão) e de Belém do Pará (Brasil); todavia, tais cidades não deixaram de ser evocadas, ficando bem expresso que um novo encontro se verifique sem grande demora.

Os ilustres visitantes foram recebidos no salão nobre dos Paços do Concelho, pelas 11 horas do dia 17, numa sessão pública de boas vindas, sob a presidência de Francisco da Encarnação Dias, Presidente da Assembleia Municipal, com a presença do Dr. José Girão Pereira, Presidente da Edilidade, e de toda a Vereação. Destacava-se ainda a presença de Jean-Pierre Saulmier, Director do Instituto Universitário de Bourges, e do Professor Doutor Renato de Araújo, Reitor da Universidade de Aveiro, assim como o Presidente da Associação de Amizade Portugal - França.

Após a vibrante saudação proferida pelo Presidente da Assembleia Municipal, o Dr. José Girão Pereira, no uso da palavra, salientou o facto de o "Dia das Cidades Irmãs" ser pela primeira vez comemorado com tal dimensão e afirmou que o tipo de relações entre as cidades e as populações não podem confinar-se puramente a aspectos de carácter sentimental, mas devem ter um cunho mais profundo, no âmbito da cooperação a todos os níveis, como nessa mesma ocasião acontecia com a assinatura de um protocolo de cooperação científica. Tendo como referência a aproximação do ano de 1992, o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro diria ainda que "a aproximação

Após a leitura e a assinatura do acordo, o Director do Instituto Universitário de Tecnologia de Bourges manifestou-se satisfeito com o facto, que se pretende "venha selar as relações de amizade estabelecidas ao longo de seis anos", constituindo "uma pedra importante nas relações entre Aveiro e Bourges; a amizade e a cooperação podem desenvolver-se em variados campos, nomeadamente no da cultura e no do ensino universitário".

Referindo-se ao protocolo, o Professor Doutor Renato de Araújo afirmaria que o mesmo "se insere numa política que a Universidade tem vindo a desenvolver com outras Universidades, e tem em mente o ano de 1992, em que haverá maior circulação, nomeadamente de estudantes e docentes que terão possibilidades de desenvolver o seu magistério em Universidades diversas. Se as Câmaras procuram alargar a sua actuação, a Universidade, que não se confina a um espaço limitado, deverá acompanhar essa situação".

Evidenciando o facto de Aveiro e de Viana do Castelo estarem ligadas há muitos anos por relações de amizade, o Presidente da Câmara Municipal desta cidade, Manuel Lucínio Pires de Araújo, lembraria que tais relações entre cidades portuguesas não são menos úteis do que as que se estabelecem com as estrangeiras.

Por sua vez, com o á - vontade e o bom humor que o caracterizam, Manuel Carrilho, Presidente do Município de Viseu, sublinhou que "temos que ir mais longe do que organizar almoços, convívios ou confraternizações". Confessando que se sente em Aveiro como em sua casa, adiantou também que "temos de assinar um protocolo em Viseu, no próximo mês de Setembro, cujo embrião foi hoje lançado com a organização de comissões das duas cidades, constituídas por unidades similares".



**SESSÃO DE BOAS VINDAS -**  
O Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, no uso da palavra.

também tem que ser feita no campo tecnológico; o mundo é cada vez mais aberto e nós estamos a inserir-nos nesta nova realidade".

O Dr. José Girão Pereira, na saudação a cada uma das cidades recordaria os elos amistosos concretizados ao longo dos anos e que urge constantemente cimentar e alargar.

O referido protocolo assinado pela Universidade de Aveiro e o Instituto de Tecnologia de Bourges, válido por cinco anos, destina-se a estabelecer uma cooperação científica, técnica, pedagógica e logística entre as duas instituições, que colaborarão no que toca a convites recíprocos para conferências, cursos, colóquios e seminários, troca de conhecimentos e experiências, prevendo também intercâmbio de estudantes, de informações respeitantes ao ensino, de publicações de carácter científico ou técnico, bem como a publicação em comum de documentos pedagógicos e a organização de cursos, incluindo de aperfeiçoamento e de formação contínua.

A solidificação dos intercâmbios, com base na "Europa das relações democráticas", está também na mente do alcaide de Ciudad Rodrigo, que se referiu concretamente à via rápida. "Une-nos a verdadeira rota da amizade - disse; o futuro adivinhasse mais próximo".

Michel Querot, falando em nome do *maire* de Bourges, salientou que entre a sua cidade e a de Aveiro já se deram - e continuam a dar — passos seguros em frente, no sentido de uma frutuosa e útil cooperação.

A sessão foi encerrada pelo Presidente da Assembleia Municipal. Depois, os presentes, na escadaria dos Paços do Concelho, puderam apreciar a exibição do Coral Vera-Cruz e do Grupo de Cantares de Manhouce, assim dando as mãos, mais uma vez, Aveiro e Viseu.

Após o almoço, os visitantes percorreram, demorada e interessadamente, o Recinto Municipal de Feiras e Exposições, onde estava a decorrer a Feira de Março, com "stands" marcando a presença das Cidades Irmãs e das Cidades Amigas de Aveiro.

---

## Homenagem às Cidades Irmãs e Amigas

Como é sobejamente conhecido, Aveiro mantém laços de estreita amizade com diversas cidades, tanto europeias como de outros continentes, firmados em acordos públicos documentados por escrito e/ou corroborados por mútuos e sucessivos encontros, e até por assinaturas de protocolos de cooperação em vários sectores. Presentemente essas relações amistosas contemplam Viana do Castelo, Viseu, Belém do Pará, Arcachon, Bourges, Oita e Vigo.

O multifacetado artista Cândido Teles, bem conhecido no meio aveirense — e não só —, entusiasmado com a proveitosa aproximação entre aquelas cidades e a nossa, pintou em cor e a óleo quadros alusivos a cada uma delas. É uma primorosa colecção de oito policromias que rendem homenagem às Cidades Irmãs e Amigas de Aveiro, evocando paisagens e temas característicos.

Os oito quadros, que já foram objecto de uma exposição na Galeria Municipal, são hoje propriedade da Edilidade Aveirense e fazem parte do seu espólio artístico. Reproduzimo-los na capa e nas páginas seguintes deste Boletim; fazendo-o, também prestamos a nossa homenagem às Cidades Irmãs e Amigas.

# VIANA DO CASTELO

Perto de Espanha, do aeroporto de Pedras Rubras, fácil de alcançar por estrada, implantada no caminho entre Fátima e Santiago de Compostela, construída à beira-Atlântico e à margem do rio Lima, rodeada de montes onde o clima e a pureza do ar são fontes de saúde, Viana do Castelo é sinfonia de beleza, terra ideal para longas férias ou curtas estadias.

Actualmente capital do distrito mais setentrional do País, o sítio onde, em 1258, D. Afonso III estabeleceu a vila chamava-se Adro. Nas Inquirições impõe-lhe aquele monarca o nome de Viana, já anterior. Nas Inquirições de D. Dinis apelidam-na de **Viana de Ribas do Minho** e, numa carta de D. Afonso V, de **Viana de cerca de Caminha**. Noutros diplomas: **Viana da Foz do Lima, Viana do Minho, Viana do Lima, Viana de Caminha**.

A presença da ocupação humana nos mais recuados tempos pré-históricos está abundantemente representada no subsolo da maior parte da cidade e nos terrenos dos arrabaldes, até longa distância, quer pela orla marítima quer pelas margens do rio.

Na foz do Lima, ao demolir-se o alicerce do antigo Cais do Fortim, apareceram uma anforeta púnica e um pedaço de calabre de cairo, testemunhos de ali ter estado um navio cartaginês. Também foram encontrados, na região, restos de vila romana e de edifícios romanos dotados de certo luxo.

Com sério fundamento arqueológico, diz a tradição ter Viana suas origens no castro de Santa Luzia - a "Cidade Velha".

... E ainda muito antes de **Viana ser do Castelo** já existia uma irmanação (ainda hoje não efectiva mas desde há séculos bastante afectiva) entre Aveiro e Viana do Castelo. De facto, há notícias de que em 1504 havia na Terra Nova colónias de pescadores aveirenses e vianenses. E não é menos curioso o facto de Aveiro e Viana terem sido irmãs em aventuras e desventuras, das quais aqui evocaremos apenas duas.

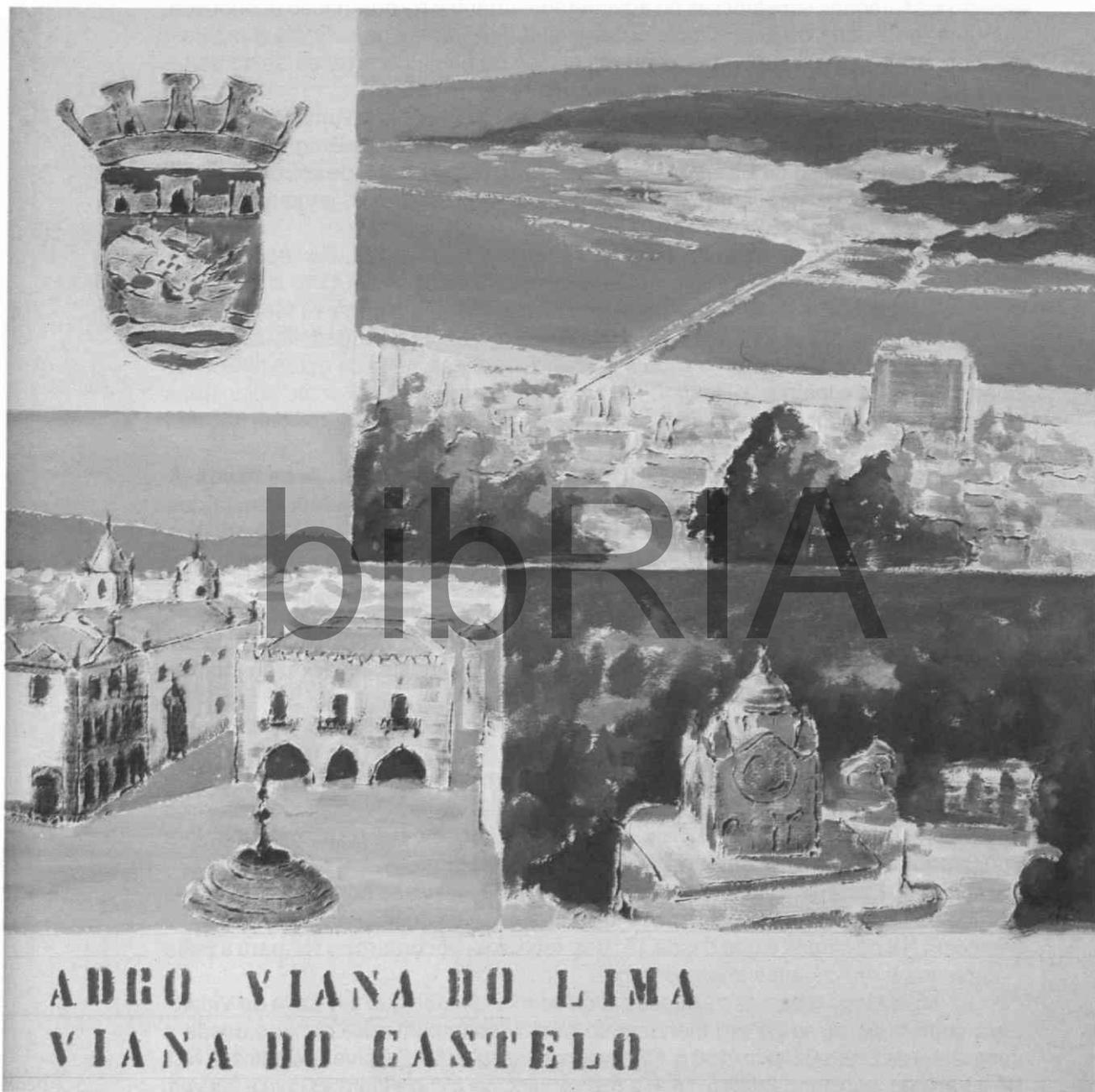
Durante anos, no século XVII, nenhum barco de Aveiro ou de Viana pescou na Terra Nova - e isto porque Filipe II de Espanha, quando mandou organizar a chamada Armada Invencível, requisitara todas as embarcações com um mínimo de condições de adaptação a tarefas de guerra - e lá foram "por água abaixo" até os barcos de pesca... Só no século XIX a pesca do bacalhau voltaria a ser feita por barcos portugueses.

Em 1931, por iniciativa da Empresa de Pesca de Aveiro, três navios (o "Santa Mafalda", o "Santa Joana" e o "Santa Isabel") partiram da Terra Nova para a Gronelândia, acompanhados pelo navio "Santa Luzia" da Empresa de Pesca de Viana. Aconteceu que as condições de navegação do "Santa Luzia" não eram as melhores, pelo que o "Santa Mafalda" teve de lhe passar um cabo, rebocando-o durante quase três dias, até que, numa tempestade, o cabo rebentou. De então para diante, cada navio viajou isolado - só vindo a saber-se a sorte de cada um quando regressaram a Portugal.

No entanto, o resultado da pescaria foi tão bom que, a partir dessa época, a frota portuguesa iniciava a campanha na Terra Nova e seguia, depois, para os mares da Gronelândia.

Do monte de Santa Luzia, junto ao Santuário, o horizonte não tem fim. Lá em baixo, ao lado da velha cidade, espraia-se o movimento do velho porto e dos estaleiros construindo barcos para o mundo.

um abraço de séculos de aventura e mar



Pouco se sabe das primeiras origens de Viseu. Todavia, a colina da Sé, o cimo e a encosta do nascente não-se ter sido refúgio e morada breve de pastores e cultivadores de um núcleo castrejo provável.

Quando o invasor romano se afirmou senhor deste território, no séc. II a.C., deram-se alterações substanciais no aglomerado urbano e na ordenação económica que uma rede viária de importância documentada em restos de calçada e marcos miliários apoiou com energia. Um segundo núcleo de habitações gerou-se na parte baixa da cidade que se desenvolve paralelamente ao da colina.

No período da monarquia suévico-visigótica a cidade tinha uma importância que a fez escolher para cabeça de bispado. Data de 569 (Sínodo de Braga) a primeira assinatura de um bispo de Viseu. Mas do séc. VIII ao séc. XI a cidade sofre o vai-vem destruído das razias de mouros e cristãos até ser definitivamente conquistada por Fernando Magno em 1057.

É também obscura a história da cidade nos séc. XII e XIII. Do séc. XII deve datar a primeira Sé românica sobre a qual se construiu a actual. De 1112 a 1119 aqui viveu S. Teotónio. Em 1123 Dona Teresa concede à cidade o primeiro foral.

Nos séc. XIV a XVI a parte alta da cidade torna-se o verdadeiro centro do desenvolvimento e tem então grande importância a colónia judaica estabelecida na cidade. Em 1411 o Infante D. Henrique é Duque de Viseu e em 1472 estão adiantadas as obras que D. Afonso V manda executar para fechar a cidade de muros que não irão dispor de torres nem de ameias.

No séc. XVI, ao tempo de D. João III, já a cidade extravasara os muros. A riqueza agrícola juntara-se o factor da transumância e uma importância comercial que a feira franca documenta. É também a época de um notável florescimento artístico com a escola de pintores de que Vasco Fernandes (Grão Vasco) é o maior e o fomento de importantes obras arquitectónicas.

Do séc. XVII até meados do séc. XIX a cidade preencherá sobretudo os espaços vazios criados na sua lenta urbanização e nestes dois séculos vai singularizar-se com abundância tal de monumentos - igrejas, capelas, palácios ou fontes - que bem poderia chamar-se cidade princesa do barroco.

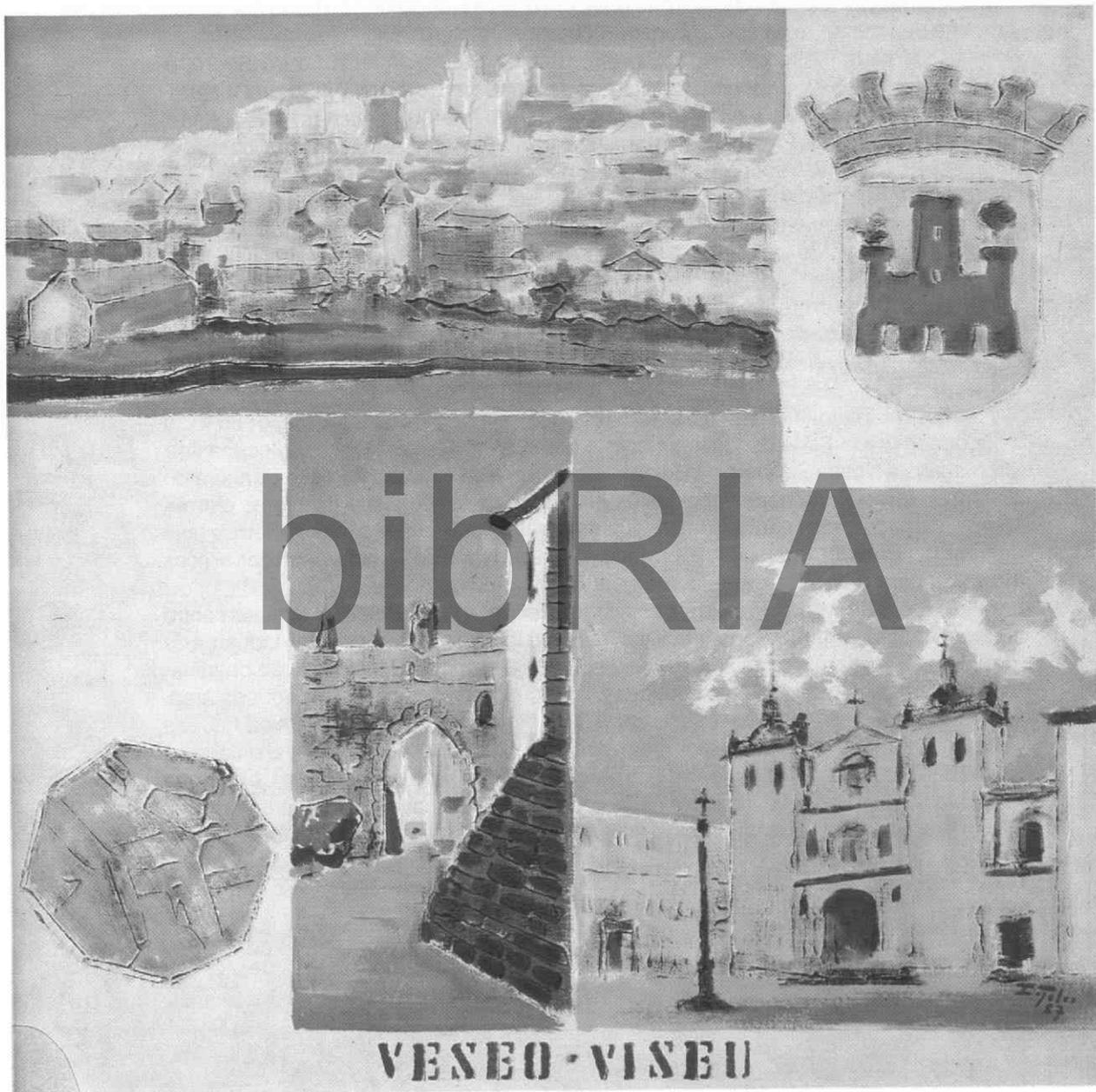
As invasões francesas no princípio do séc. XIX e as lutas liberais posteriores fizeram-se sentir grandemente.

No fim do século abriram-se novas vias, e a cidade alargou o seu leque, hoje em expansão, valorizando-a o privilégio da localização central no planalto beirão, os foros administrativos de capital de província e cabeça de distrito, tornando-a obrigatório centro de convergência ou ponto de passagem!

O rio Pavia corre num leito de cimento, à Ribeira, sob as pontes que levam ao Campo da Feira de S. Mateus, espaço amplo de onde se colhe uma boa vista sobre a encosta NE da cidade e que desde 1510 se reservou, por ordem do rei, para a Feira Franca que todos os anos anima o largo.

Mais longe topamos os taludes altos do monumento que é a Cava de Viriato. Sem sombra de dúvida é um monumento militar (acampamento) romano desde a campanha de Bruto Caláico (138 a. C.), de longo fosso que é possível identificar a NO. Só a tradição, sem fundamento, ligou a memória do caudilho Viriato à Cava e ela vem sendo conhecida pelo seu nome, e na face do talude mais ocidental se levantou um curioso monumento de granito e bronze alusivo à lenda do caudilho e dos seus inimigos (Escultura de M. Benliure).

um futuro com raízes históricas



# BELÉM DO PARÁ

Belém, capital do Estado do Pará e sede do município do mesmo nome, é a maior metrópole da Amazônia, o maior empório económico e socio-cultural do Setentrão Brasileiro, e, sem dúvida, a maior cidade da linha equatorial. Belém, também chamada "Cidade das Mangueiras", possui uma situação privilegiada e é considerada porto de entrada da Amazônia, em consequência do seu porto acessível, amplo e de intenso movimento, com 1935 metros de cais.

Os seus monumentos, como o Teatro da Paz, o Palácio Lauro Sodré, o Palácio da Prefeitura, na mais ampla praça da cidade, o Solar do Barão de Guajará, os seus templos, como a Catedral, a Igreja de Sto. Alexandre, uma das mais antigas, a primitiva Igreja de S. Francisco Xavier, onde pregou o Padre António Vieira, o Palácio Arquiepiscopal, construção do séc. XVII, onde, até 1713, funcionou o Colégio dos Jesuítas, a Igreja das Mercês, que data de 1640, considerada a mais antiga, localizada no actual centro comercial da cidade, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, fundada na primeira metade do séc. XVII por Fr. Francisco da Purificação, da Ordem Carmelita, a Igreja e Convento de Sto. António, cuja capela e altar-mor são ornados de lindos azulejos portugueses, e a Basílica de Nossa Senhora da Nazaré, fazem de Belém uma das cidades de maior património artístico do Brasil. Importante centro de ensino com a Universidade do Pará, é também sede da Arquidiocese de Belém do Pará.

A cidade foi fundada a 12-1-1616, por F. Caldeira Castelo Branco, no local hoje denominado Forte do Castelo, com o nome de Feliz Lusitânia, e colocada sob protecção de Nossa Senhora de Belém; alterado o seu nome para Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará, após vencidas as lutas com os selvagens e invasores estrangeiros, começou a ser conhecida, tradicionalmente, por Santa Maria de Belém, e hoje apenas por Belém. O município é formado por terras planas e situadas num dos braços de saída para o rio Amazonas, à margem do estuário do rio Pará.

Área: 718 Km<sup>2</sup>. Principais actividades económicas: Belém é o maior centro comercial e industrial do Norte brasileiro, com indústria extractiva vegetal, indústria de produtos alimentares, têxteis, madeiras, editoras e gráficas, transformação de minerais não metálicos e indústrias químicas e farmacêuticas; devido à sua pequena área, na agricultura apenas merece referência a pimenta-do-reino. A sua única riqueza mineral é a argila. Principais acidentes geográficos: rio Guamá, navegável em toda a sua extensão, a baía de Guajará, porto da cidade de Belém, e as ilhas de Caratateua e do Mosqueiro: A via fluvial é a mais utilizada; ponto inicial do caminho de ferro de Bragança (228 Km), possui um dos mais movimentados aeroportos do Brasil.



# ARCACHON

"Ontem solidão, hoje cidade" - esta é a divisa da cidade de Arcachon, desde há muito tempo de muita reputação como estância balnear e climática, e que em 1851 contava apenas 112 habitantes permanentes e agora tem muitos milhares.

Alguns pontos fulcrais através da História permitem-nos situar a evolução desta tão dinâmica cidade.

Em 1853, Adalbert Deganne mandou construir na baía um castelo, modelo reduzido de castelo de Boursalt (nas margens do rio Marne, afluente do Sena). Permanecendo desabitado durante bastante tempo, esse imóvel serviu então de local para exposições de pintura e para brilhantes recepções até que, em 1903, passou a ser o actual Casino da Praia. Recorde-se que, em 1859, recebeu a visita de um hóspede de prestígio: Napoleão III.

Arcachon passou a cidade propriamente dita em 1857, na sequência de um decreto imperial de Napoleão declarando a secção de Arcachon separada da comuna de La Teste e tornada comuna distinta.

No dia 25 de Julho desse mesmo ano, foi inaugurado o prolongamento da linha férrea Bordéus - La Teste até Arcachon, o que foi de grande importância para o posterior desenvolvimento da cidade. Com efeito, para rentabilizar a linha, que funciona sobretudo no Verão, uma operação imobiliária, orientada pelos banqueiros Péreire e pela Companhia dos Caminhos de Ferro do Sul, levou à construção de uma "cidade nova", dita "cidade de Inverno" - o que aconteceu em 1862.

O Casino Mourisco viria a ser um dos primeiros novos edifícios. Cerca de 1864, foram construídas moradias, mais tarde designadas "villas", de preferência alugadas mobiladas.

A cidade de Inverno, graças às virtudes curativas do microclima de Arcachon, passou a ser um "sanatorium" aberto.

Muitas das referidas "villas" receberam ilustres personagens. Gounod aí foi procurar a tranquilidade. A arquiduquesa Maria Cristina de Hasbsbourg - Lorraine aí conheceu o seu real noivo, o rei Afonso XII de Espanha. Afonso XIII, nascido dessa união, ali festejou um dos seus aniversários. Uma das filhas de J.M. de Heredia ali convalesceu. Citemos ainda os filhos de Antoine d'Orléans, os poetas François Coppée e d'Annunzio, os músicos Saint - Saens, Debussy e muitos outros ainda.

Em 1867, Arcachon tinha quinze quilómetros, da Ponta de l'Aiguillon, a este do Parc Péreire, ao bairro do Moulleau, a oeste. Um transporte eléctrico permitia atravessá-la de ponta a ponta.

Na véspera da primeira guerra mundial, Arcachon tinha mil "villas" e mais de dez mil habitantes. É o segundo porto de pesca francês e é também já o símbolo do maior centro europeu de criação de ostras.

Actualmente, o seu porto acolhe cerca de dois mil barcos de recreio e uma flotilha de trinta barcos de pesca, assim como dispõe de estaleiros de construção naval.

**HIER SOLITUDE, AUJOURD'HUI CITE**



**bibRIA**



**ARCACHON**

# BOURGES

Bourges-en-Berry é a capital do Cher (um dos mais vastos departamentos franceses: 731 mil hectares, 501 mil dos quais em terras agrícolas), mas é também **Avarich**, capital do reino gaulês dos **Bituriges**, que lhe legou a sua altiva divisa: "Summa Imperii penes **Bituriges**" ("O poder supremo pertence aos Bituriges"), **Avaricum**, capital da Aquitânia galo-romana.

Bourges, capital do Reino da Aquitânia de Luís "Le Débonnaire"; Bourges, capital da França de Carlos VII. Bourges-en-Berry apresenta-nos, através dos monumentos, as fases da sua história.

Conhecemos a história da antiga Avarich graças ao historiador latino Tito Lívio, e, depois, pelos comentários de Júlio César, que conquistou a cidade, defendida pelas forças de Vercingétorix em 52 a.C. Após o período galo-romano, sofreu numerosas invasões e suportou lutas entre os reis francos e os duques de Aquitânia. Carlos Magno, depois da conquista de Aquitânia, reorganizou a região de que Bourges era a principal cidade: a região de Berry, que foi governada pelos seus descendentes e que passou depois para a dependência dos condes de Bourges. A cidade passou ao domínio real pela compra que dela fez o rei Filipe I ao visconde de Bourges, Eudes Arpin.

Durante a Guerra dos Cem Anos, Bourges tornou-se a capital de João, duque de Berry, um dos filhos de João, o Bom, e que ficou célebre pelos seus gostos faustosos. Aí construiu um magnífico palácio ducal, com uma Santa Capela - e Bourges passou a ser, graças ao duque, uma famosa escola de Arte.

A fachada da catedral de Saint-Etienne foi por ele notavelmente enriquecida.

De 1422 a 1437, Bourges foi a capital de França, porque "o rei de Bourges", ao qual apenas o centro do reino permaneceu fiel (as outras províncias apoiavam o rei de Inglaterra, neto de Carlos VI), ali habitava frequentemente, e Luís XI aí nasceu em 1423. Joana d'Arc esteve em Bourges no Inverno de 1429/30.

Em 1463, foi criada em Bourges uma Universidade, por Luís XI. Sua filha Joana, duquesa de Berry, aí fundou a ordem religiosa da Anunciada e foi canonizada em 1951, com a designação de Santa Joana de França.

Com Margarida de Angoulême (irmã de Francisco I) e também duquesa de Berry, a religião reformada de Lutero começou a ganhar terreno: Calvino, estudante em Bourges, converteu-se á nova doutrina, e, quando se refugiou na Suíça, aí implantou o protestantismo, apoiado pelos adeptos que de Berry o acompanharam.

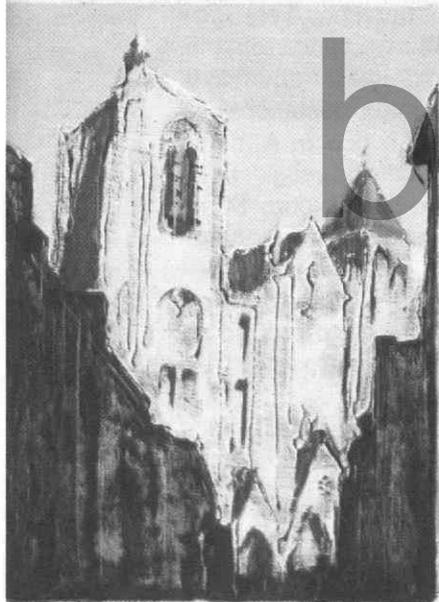
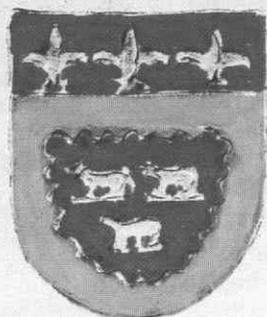
O célebre jurista Cujas ensinou Direito Romano na Universidade de Bourges. Após as Guerras religiosas e a Fronde, voltou a calma quando Henrique II de Bourbon, príncipe de Condé, se tornou governador de Berry. Seu filho, o duque de Enghien, estudou no colégio dos jesuitas.

Os bombardeamentos da última guerra pouparam o coração da cidade, por isso se tendo salvado o património arqueológico: a Catedral de Saint - Etienne, as Igrejas de Notre Dame, Saint Pierre de Guillard e Saint Bennet, o palácio de Jacques - Coeur, o museu de Berry, o edifício Lallemand, o Palácio da Justiça, etc., além das pitorescas casas da cidade medieval.

Tudo isto constitui, com os notáveis jardins, um conjunto turístico de muito grande classe, surpreendendo e encantando o visitante, que ali descobre o coração da França: Bourges-en-Berry.

altivo coração de França

SUMMA IMPERII PENES BITURIGES



biblioteca

AVARICH-AVARICUM - BOURGES  
BOURGES-EN-BERRY

# CIUDAD RODRIGO

Nas margens do Rio de Águeda, sobre uma elevada colina, ergue-se Ciudad Rodrigo, cujo recinto foi declarado Conjunto Histórico-Artístico. Dista 304 Km de Madrid, 89 de Salamanca e 27 da fronteira portuguesa. A sua estação de caminho de ferro situa-se na linha internacional Paris-Hendaya-Salamanca-Fuentes de Oñoro-Lisboa. A via rápida IP-5 ligá-la-á directamente a Aveiro.

Ciudad Rodrigo e a sua região fazem parte da zona serrana de Salamanca. Segundo a tradição, trata-se da antiga "Miróbriga" da época romana. Deoos da Reconquista, foi repovoada pelo Conde Don Rodrigo González Girón, cujo nome, embora nem todos os historiadores estejam de acordo, ostenta.

Fernando II de Leão reedificou a cidade, fortificando-a. Durante algum tempo, nela residiu o rei Juan II.

Com uma população de cerca de 14 mil habitantes, conserva em grande parte o ambiente senhorial dos seus mais ilustres filhos: Francisco Montejo, conquistador do Yucatán o Cozumel, e o poeta Cristóbal de Castellejo, paladino da métrica tradicional castelhana frente às inovações italianizantes de Garcilaso, Boscán, etc.

No rio Águeda se refletem as suas muralhas - parte do séc. XII e o restante do séc. XVIII - ,perfeitamente conservadas, que delimitam o conjunto urbano.

É uma das cidades que melhor conserva o ambiente medieval feito história, em casas com belos brasões, praças com pórticos e ruelas serpenteantes de exótico sabor.

O aqueduto, a ponte, o cornijamento do seu monumento heráldico e vestígios das estradas para Salamanca e para a Estremadura testemunham a época romana.

A catedral foi edificada pelo mesmo rei que ergueu as muralhas, Fernando II. Sobre a sua estrutura românica foram acrescentados elementos posteriores. A fachada principal, com a sua airosa torre, é de transição para o gótico. A marca bizantina aparece na porta dos Apóstolos. Quanto aos seus edifícios religiosos, a cidade oferece exemplos de grande valia, como as antigas igrejas de S. Isidoro, Santo André, S. Cristóvão e a de Santa Marina. Na igreja-convento das clarissas conservam-se vários sepulcros do século XVI.

Entre os edifícios civis cabe destacar a Casa Consistorial - na praça principal - obra do século XVI e dotada de esplêndidos pórticos e "loggia", o palácio de Montarco, do século XV; o do marquês de los Autares, do XVI; e ainda, já posteriores, os palácios del Aguila e del Cañon.

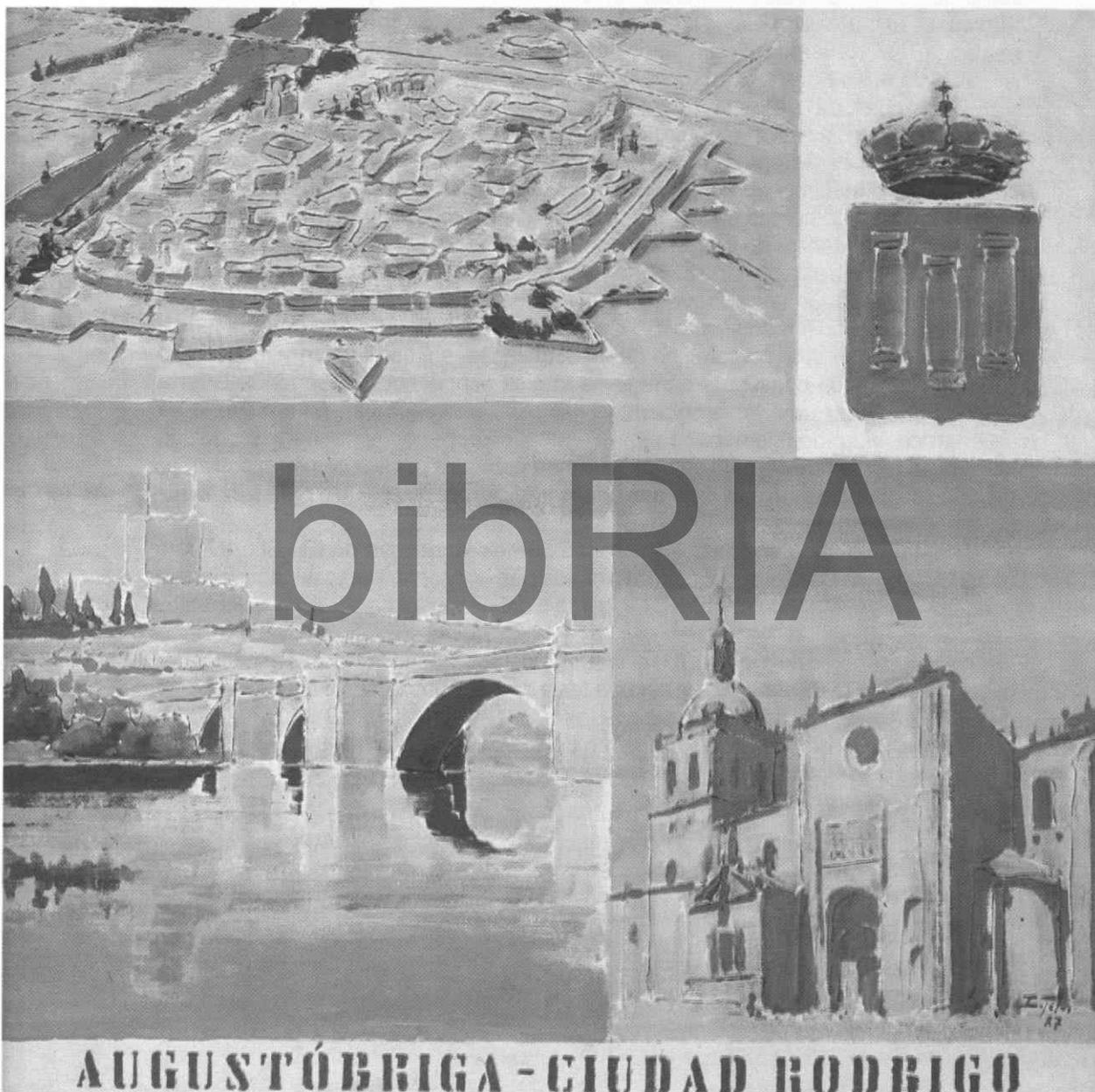
Durante as guerras entre Pedro I e seu irmão Enrique de Trastámara, Ciudad Rodrigo manteve-se fiel ao partido deste último, que, impressionado pela sua lealdade, a dotou de um magnífico "alcázar" (fortaleza) - século XIV - para a salvaguardar de qualquer eventualidade guerreira.

Como todas as fortificações fronteiriças, o castelo foi o principal protagonista de numerosos acontecimentos bélicos. Daí partiu, em 1385, o rei de Castela contra Portugal - e também foi ponto de partida, em 1661, do duque de Osuna noutra campanha militar.

Durante a Guerra da Sucessão, Ciudad Rodrigo foi conquistada pelo arquiduque de Áustria frente às tropas napoleónicas. Em 1812, a cidade, após o cerco levado a efeito pelo duque de Wellington, que lhe valeu o título de duque de Ciudad Rodrigo, ficou, definitivamente, em poder espanhol.

É célebre em Ciudad Rodrigo a filigrana "charra", de ouro e prata, trabalho artesanal de primoroso estilo.

— porta de Espanha para Aveiro Europeu —



**AUGUSTÓBRIGA - CIUDAD RODRIGO**

Cidade portuária do Japão, Oita situa-se na ilha de Kiu-Shu, ao sul do país. Com uma população de cerca de 150 000 habitantes, possui importantes unidades industriais, sobretudo nos ramos têxtil e papelero.

O Japão é conhecido como a sociedade que mais rápida mudança vem sofrendo no mundo actual. Simultaneamente trata-se de um país cujas tradições remontam às brumas do tempo. História e tradição, longe de constituírem barreiras à mudança, têm, na verdade, estimulado essa alteração no Japão, de uma forma talvez jamais vista em outras nações do mundo.

No curso da sua longa história, o povo japonês tem demonstrado uma aptidão sem igual para assimilar e adaptar novas ideias ao seu meio cultural particular. Esta aptidão decorre da história e da geografia do Japão, que fizeram dos japoneses um povo excepcionalmente homogéneo. Através de séculos, os japoneses desenvolveram instituições, costumes e características que lhes proporcionaram um acentuado espírito de identidade e de propósito comum.

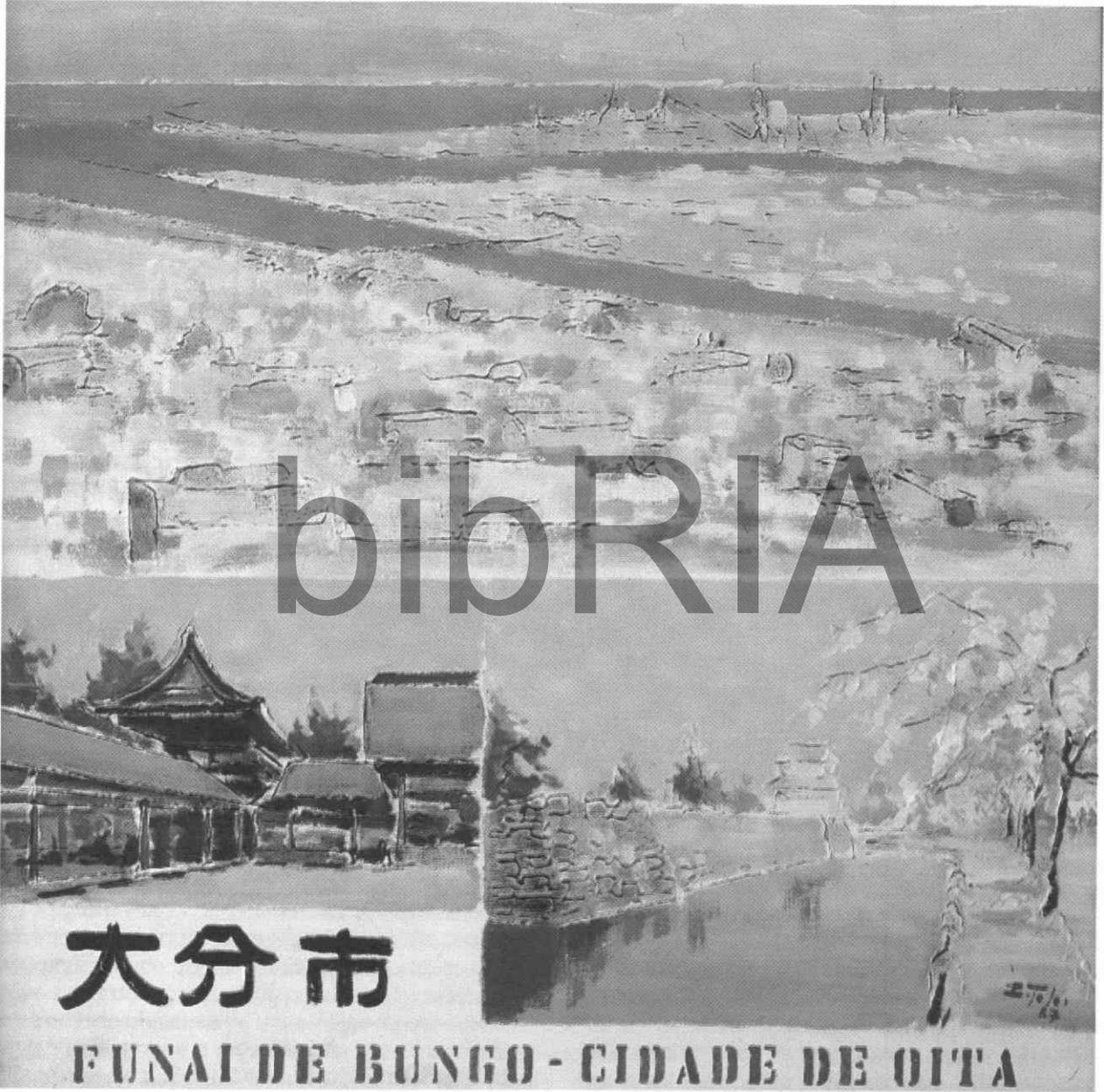
A força e a estabilidade que emanam dessas características da vida nacional, auxiliaram o Japão a atravessar duas importantes transformações nos últimos cem anos, a primeira no fim do século XIX quando conseguiu livrar-se do sistema feudal estagnante e ingressar no caminho da modernização, e a segunda, em meados do século XX, quando conseguiu emergir da trágica experiência da Segunda Guerra Mundial para criar uma nova sociedade dedicada à cooperação para a paz e ao sistema de vida democrático. Embora estes dois períodos tenham produzido mudanças quase que revolucionárias, tanto na estrutura política como na social, as mesmas se fizeram sem sacrifício das raízes tradicionais ou prejuízo para a continuidade social.

Mal podemos imaginar a sensação que os japoneses de Kiu-Shu tiveram quando os barcos de Portugal ancoraram aos pés do Monte Takasaki, anunciando-lhes um amistoso encontro entre o Ocidente e o Oriente; foi há cerca de quinhentos anos.

Entre os portugueses, missionários cristãos anunciaram aos nipónicos a misericórdia de Deus Criador e a vinda à terra de seu Filho Jesus Cristo; a semente do Evangelho logo germinou e produziu fruto.

Os laços irmãos entre as cidades de Aveiro e de Oita testemunham que os elos do primitivo encontro não terminaram mas, prosseguindo ao longo dos séculos, continuam actuais, úteis e vigorosos.

cidade do país do sol nascente





AVEIRO E SUAS MARINHAS DE SAL — segundo uma photographia de M. MUNNÉ

(Da revista MUSEU TECHNOLOGICO, 1877-78, Pág. 29)

# Plano de actividades para o ano de 1988



*Na ocasião oportuna, o Executivo apresentou o Plano de Actividades e o Orçamento para o ano de 1988. Por nos parecer de interesse, transcrevemos a respectiva Introdução, a responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Girão Pereira:*

"Ao apresentar o Plano e o Orçamento para o ano de 1988 julgamos oportuno tecer algumas considerações prévias a título de reflexão e de explicação das opções e das soluções apresentadas nos dois documentos.

Um Plano de Actividades é, naturalmente, um instrumento que visa a execução de um determinado número de obras e realizações, mas que não deve surgir por acaso, antes profundamente ligado a uma análise objectiva de um estágio de desenvolvimento concelhio e a uma filosofia e a um modelo desse mesmo desenvolvimento no curtíssimo prazo de um ano como a lei determina sem afectar o seu enquadramento numa visão mais ampla do médio e longo prazo.

Destinando-se os dois documentos a orientar a actuação dos Órgãos do Município no ano de 1988, naturalmente perguntamos:

- que perspectivas desejáveis de desenvolvimento para esse período?
- que meios financeiros?
- que opções?

## A) - Que perspectivas em 1988?

Não temos receio em afirmar que o concelho e a região de Aveiro se encontram numa fase crucial da sua história e do seu progresso.

Em primeiro lugar por uma razão de política administrativa. Localizada entre dois centros políticos fortes, Porto e Coimbra, capitais instaladas de uma chamada regionalização aparentemente irreversível, Aveiro tende a perder a favor destes centros e da sua possível atracção muito do que se julgava seu e legitimamente adquirido. Serviços públicos importantes são extintos, técnicos são transferidos, e as pessoas em geral têm de acorrer aos novos centros de decisão e influência. Quer dizer que por esta via Aveiro, aparentemente, ficará mais pobre. Restar-lhe-á, como forma de libertação, criar alternativas próprias que a diferenciem e a imponham por essa via aos centros políticos e Aveiro terá que se assumir pelo seu dinamismo económico e por padrões definidos e bem adequados à sua realidade, transformando-se num polo de atracção e em modelo de desenvolvimento com criatividade e modernidade. Cremos que essa fase já começou.

Se a Região Centro tem uma capital política bem definida (Coimbra), não será ousado afirmar que na mesma região Aveiro é a sua capital económica.

E é nessa componente que Aveiro se diferenciará e é nela que se afirmará o próprio poder central que se vê forçado a reconhecê-lo.

Aqui se desenvolvem neste momento as infra-estruturas que ultrapassam o âmbito regional e nacional.

Em 1988, iniciar-se-ão no concelho os primeiros trabalhos do troço da via rápida entre Albergaria e Aveiro, obra já adjudicada.

Continuarão os trabalhos do porto de Aveiro e os seus acessos directos.

Iniciar-se-á uma nova variante E.E.N.N. 235 e 335 que ligará directamente o nó da auto-estrada Aveiro-Sul ao centro urbano.

Estará aberto o novo troço da auto-estrada que penetra no concelho. Iniciar-se-á a recuperação da Fábrica Jerónimo Pereira Campos para construção do grande Centro de Formação Profissional e do Centro Cultural.

O novo porto de pesca, embora não situado no concelho de Aveiro, será também uma nova realidade.

São estes factores importantes para o papel que Aveiro deve desempenhar na região. Mas são também novas situações com reflexos directos na gestão municipal.

Com efeito, muitas das solicitações hoje dirigidas à Câmara e muitos dos encargos por esta já suportados ou a suportar, deixaram de ser a satisfação de uma restrita necessidade concelhia, para o serem duma região, o que traz problemas novos e dificuldades acrescidas.

Referimo-nos concretamente aos encargos decorrentes da criação e instalação de um terminal T.I.R.T., T.I.F., do novo Centro Regional de Exposições, das novas redes viárias municipais, da própria Universidade, etc. etc...

E isto numa altura em que ainda se encontram por satisfazer muitas das carências do concelho, que são agravadas pelo afluxo de mais pessoas e mais serviços.

O que quer dizer que uma grande parte das disponibilidades financeiras têm que ser canalizadas mais para os problemas do crescimento que do desenvolvimento.

#### *B) - Enquadramento financeiro do Plano*

O Orçamento para 1988 é o maior de sempre da Câmara de Aveiro, com uma taxa de crescimento de 60% em relação ao ano anterior. Isso deve-se fundamentalmente às verbas afectas à habitação que são conjunturais, e para fazer face à primeira fase dos 906 fogos a construir. Não se prevê nas restantes alíneas do orçamento um crescimento significativo.

Como é já do conhecimento público, há pelo contrário uma diminuição "real" de receitas no que concerne à participação no Orçamento do Estado, dado que a Aveiro cabe exactamente a mesma receita do ano de 1987 e as despesas correntes de salários aumentarão no mínimo 5,5%. Perda real portanto.

O saldo de tesouraria previsto no final do corrente ano é de cerca de 120 mil contos.

#### *C) - Que opções para 1988?*

Em face da presente proposta ora apresentada à Assembleia Municipal pode sem risco afirmar-se que o Plano de 1988 é o maior, mais exigente e mais difícil dos planos já apresentados, quer pelos montantes envolvidos quer pelo volume e dificuldade das tarefas nele previstas.

Se se tiver em conta também o Plano dos Serviços Municipalizados, que integre igualmente o

plano de actividade dos órgãos do Município, poderá verificar-se que:

- O maior investimento sectorial será feito no sector da habitação social que assume assim o papel de primeira prioridade do Plano.

- Logo a seguir o grande campo de actuação é o ligado às infra-estruturas básicas de água e saneamento. Tem-se feito um enorme esforço nos últimos anos particularmente no sector do abastecimento de água.

Em 1988 espera-se fazer toda a cobertura da zona norte do concelho, de Mataduchos ao Paço, Póvoa do Paço, Sarrazola e Quintã do Loureiro, algumas destas zonas já com obras em curso.

Por outro lado importa cobrir zonas ainda não abastecidas, como Oliveirinha e Eirol, para além de ultimar situações pontuais noutras freguesias.

Deve lançar-se o sistema de captação e cobertura da freguesia de Nariz.

Com estes trabalhos ficará resolvido todo o problema do abastecimento concelhio.

Importa estar atento, porém, às fontes de água onde começa a haver preocupações pela insuficiência de água de qualidade e pelos vestígios já claros de salinização nas captações mais profundas. Daí a necessidade de acelerar as captações do Carvoeiro já em 1988.

Ultimada a fase de abastecimento de água inicia-se a grande tarefa dos esgotos, já com grande incidência no plano de 1988, como poderá verificar-se.

Deve ainda referir-se o grande peso que no Orçamento e Plano constituem as verbas afectas à educação e cultura particularmente pela aquisição de dois grandes conjuntos (antiga Escola do Magistério e Instalações do B.N.U.) que constituirão fundamentalmente infra-estruturas para acções culturais, bem como o claro apoio às instalações desportivas.

Outra das opções significativas é o equipamento social através da criação de novos centros, agora já a alargarem-se a todo o concelho.

Pelas razões já descritas, o Orçamento municipal é crescente, onerado com o apoio a infra-estruturas de âmbito regionalmente, daí o ter de se considerar o desenvolvimento económico como sector chave do Plano, bem como as comunicações e transporte e urbanizações como sintoma claro de crescimento.

Para não ser longo faz-se somente referência à necessidade de alterações e valorização da estrutura interna da Câmara e dos quadros e nomeadamente à criação de um Gabinete de Gestão Urbanística".

# Centro de Formação Profissional

O dia 23 de Fevereiro de 1988 ficou a marcar uma data de grande relevo na vida da Cidade de Aveiro, pois foi então que se assinou, nos Paços do Concelho, o protocolo para a construção do Centro de Formação Profissional. As suas estruturas ocuparão cerca de 60% do que serão as novas instalações a construir no edifício da antiga Fábrica de Cerâmica Jerónimo Pereira Campos; os restantes 40% destinar-se-ão a uma área cultural, a Casa da Cultura do Município - acerca da qual o Presidente da Câmara manifestou a certeza de que muito contribuirá para uma melhor vivência e convivência dos aveirenses, além de constituir um polo de atracção para artistas nacionais e estrangeiros, que passarão a dispor de adequados espaços para manifestações das mais diversificadas características.

A antiga Fábrica Jerónimo Pereira Campos é um notável exemplar da arquitectura industrial dos finais do século XIX - e o respectivo projecto de recuperação, a realizar pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, obedece à directriz fundamental de preservação da traça originária exterior do edifício, mantendo uma das chaminés (dado que a outra se encontra muito degradada).

O projecto comporta algumas alterações em relação a um outro, anteriormente apresentado, atendendo à necessidade de mais rapidamente ser possível viabilizá-lo, para o que bastante contribuiu ter-se conseguido baixar o custo das obras em cerca de 200 mil contos.

O Dr. José Girão Pereira disse ainda que, na área exterior, serão efectuados diversos melhoramentos, tais como o arranjo do canal e sua dragagem, criando-se uma zona de água, que acabará por ser elemento a levar em consideração num dos futuros fulcros mais importantes da urbanização da cidade.

A área total de construção será superior a 20 mil metros quadrados, dos quais cerca de catorze mil serão de área útil.

Apresentamos a seguir o texto da intervenção do Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Dr. Bagão Félix, proferida no acto acima referido:

*Estão criadas, a partir de hoje, todas as condições para que, dentro em breve, Aveiro possa*

*vir a ter o seu Centro de Formação Profissional.*

*Trata-se de um vultoso investimento que, no conjunto da obra e equipamento, ultrapassará um milhão de contos, em parte financiados por recursos comunitários.*

*Para 1988, estão previstos, no PIDDAC, 200 000 contos, valor suficiente para que a obra*



Visita a Aveiro do Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Dr. Bagão Félix.

*possa prosseguir a um ritmo desejável.*

*Importa realçar a importância que, para um distrito como o de Aveiro, tem este equipamento, atentas as potencialidades de desenvolvimento económico e social de que tem dado sobejas provas e a relevância de actividades industriais e comerciais de considerável peso, quer na formação de valor acrescentado nacional, quer no aumento das exportações nacionais.*

*Importa, neste momento, e de uma maneira sucinta, realçar alguns aspectos que se prendem com a génese e desenvolvimento deste investimento, cujo anúncio formal e definitivo aqui nos associa:*

a) o respeito pelo compromisso solene tomado por um anterior Governo (em 1985) de construir um Centro de Formação Profissional em Aveiro;

b) o grau de razoabilidade que, em estreita colaboração com a Câmara Municipal de Aveiro, foi possível acautelar na elaboração do projecto, numa perspectiva de encontrar o maior denominador comum entre a necessidade de rigor na gestão dos recursos públicos e a eficácia social e técnica dos dinheiros investidos.

Vale a pena referir, aqui, que foi possível, quer por redução de áreas de utilidades dispensável, quer por melhor e mais polivalente aproveitamento de espaços, diminuir em mais de 200 000 contos o valor estimado de construção inicialmente projectada.

Num país de recursos escassos, onde existem ainda importantes necessidades básicas por satisfazer, sentimos a obrigação política e moral de, sem inviabilizar o necessário Centro de Formação Profissional de Aveiro, condicionar aos aspectos essenciais da sua actividade. Procurou-se o desejável equilíbrio de soluções, afastando-se as estruturas megalómanas e desinseridas da realidade nacional, por um lado, ou a mesquinhez de soluções que atrofiassem o normal desenvolvimento e eficiência do novo Centro de Formação Profissional, por outro;

c) entendimento entre as estruturas estatais e camarária num assunto em que cada uma das partes soube ouvir e harmonizar posições com o único objectivo de melhor dotar esta zona do País num domínio da formação profissional, que hoje constitui em Portugal um verdadeiro investimento estratégico;

d) o compromisso aqui formalmente tomado pelo Governo de considerar os legítimos representantes da indústria, comércio e serviços do distrito de Aveiro como interlocutores privilegiados no planeamento de acções e cursos do referido Centro de Formação Profissional de Aveiro, admitindo-se mesmo como possível, num próximo futuro, a sua gestão participada;

e) a possibilidade de conciliar a construção do novo Centro de Formação Profissional com o objectivo de, através da recuperação das antigas instalações de uma unidade fabril de apreciável valor arquitectónico, servir igualmente o objectivo de conservação do património cultural;

f) finalmente, o aproveitamento da nova unidade para instalar o Centro de Emprego de Aveiro, o que, por um lado, permitirá uma gestão integrada entre as duas realidades e, por outro lado, reduzirá os encargos actualmente assumidos pelas instalações ocupadas por aquele Centro, aliás deficientes e fora da zona central da cidade.

O Centro de Formação Profissional de Aveiro será, numa primeira fase, orientado para as seguintes áreas de forte implantação no distrito:

- Construção civil
- Electricidade electrónica
- Telecomunicações
- Metalomecânica
- Cerâmica
- Madeiras
- Química
- Sector terciário
- Formação de chefias e de quadros

Finalmente, gostaria de referir alguns dos aspectos que orientam a política relativa à construção de novos Centros de Formação Profissional no nosso País.

Em 1º lugar, importará referir que a formação profissional é uma atitude dinâmica e não uma realidade estática. Quer dizer que a formação de hoje não será a mesma da que se fizer de aqui a três anos para uma mesma profissão, porque entretanto houve evolução tecnológica, criação de novos métodos de trabalho e obsolescência de equipamentos. Em segundo lugar, porque a formação profissional só faz sentido se, entre outras coisas, preparar efectivamente as pessoas para uma actividade profissional. Isto é, se, de algum modo, puder possibilitar a promoção de emprego ou pelo menos, prevenir o desemprego. E, obviamente, é no tecido produtivo que se geram empregos. E tanto melhores resultados se obterão quanto a formação estiver intimamente ligada aos centros de criação de emprego.

Pensamos que nesta matéria, o Estado tem um papel importante a desempenhar, desde logo ao nível da avaliação das necessidades. Isto é, tem de haver um mínimo de planeamento que contribua para a definição de quais as profissões mais importantes para o fim do século. Não podemos andar por aí a fazer excesso de formação em actividades que, provavelmente daqui a dez ou quinze anos, não dizem nada ao País. Tem de haver um mínimo de planeamento. E essa é uma função que ao Estado compete, tal como lhe competem as actividades de fiscalização e, também, a de desenvolver acções formativas para zonas brancas, onde, por várias razões, os agentes económicos têm dificuldade em actuar.

Daí que não sejamos adeptos da formação profissional excessivamente virada para novas estruturas de betão armado. E se o Centro de Formação Profissional de Aveiro se justifica plenamente pelo que já atrás referi, não parece ser curial que se façam centro aqui, centro acolá para este ou aquele sector e muitas vezes motivados por pressões de ordem estritamente local.

Parece-nos desejável, dentro de certos limites (embora tenhamos de ter um mínimo de estruturas neste espaço), que a formação seja feita por conjugação com as empresas ou associações. Porque corre-se o risco de um centro se tornar obsoleto ao nível de instalações e de equipamentos, ou, por outro lado renovando-se o equipamento, se transfor-

mar num verdadeiro centro tecnológico que talvez não corresponda ao que os formandos vão encontrar nas empresas. Tem de haver um certo equilíbrio que exige uma actuação cuidadosa.

Daí que ao Centro de Formação Profissional de Aveiro venha a ser exigida uma estrutura e uma organização simultaneamente orientadas pelos princípios da:

- a) polivalência de formação
- b) polivalência de utilização
- c) alternância

**Polivalência de formação**, desenvolvendo o conceito de formação orientada para "famílias profissionais", substituindo o sistema de formação para profissões muito específicas, num mundo do trabalho em que cada vez é mais necessário preparar os jovens mais para a mobilidade e adaptabilidade do que para a especialização.

**Polivalência de utilização**, optimizando-se a capacidade das instalações e equipamentos para outros sistemas de formação como a aprendizagem e formação em cooperação com empresas e associações empresarias e, também, como polos de Escolas Profissionais (cuja implantação está, neste momento, a ser objecto do estudo de uma Comissão ME/MESS) ou de acções de formação em colaboração com a Universidade de Aveiro, designadamente no sector das telecomunicações.

**Alternância**, traduzida na necessidade de complementar a formação no Centro com a vivência e aprendizagem directa na empresa, na medida em que a formação profissional não consiste num mero processo aquisitivo de conhecimentos ou capacidades gerais e técnicas, mas também de preparação para o exercício de uma profissão concreta e, mesmo em certos casos, para adaptação a um posto de trabalho específico.



Vinda a Aveiro do Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Dr. Bagão Félix.



DISPOSIÇÃO DOS COMPARTIMENTOS N'UMA SALINA D'AVEIRO, E SEUS TRABALHOS DE COLHEITA  
segundo uma photographia de M. MUNNÉ

(Da revista MUSEU TECHNOLOGICO, 1877-78, Pág. 45)

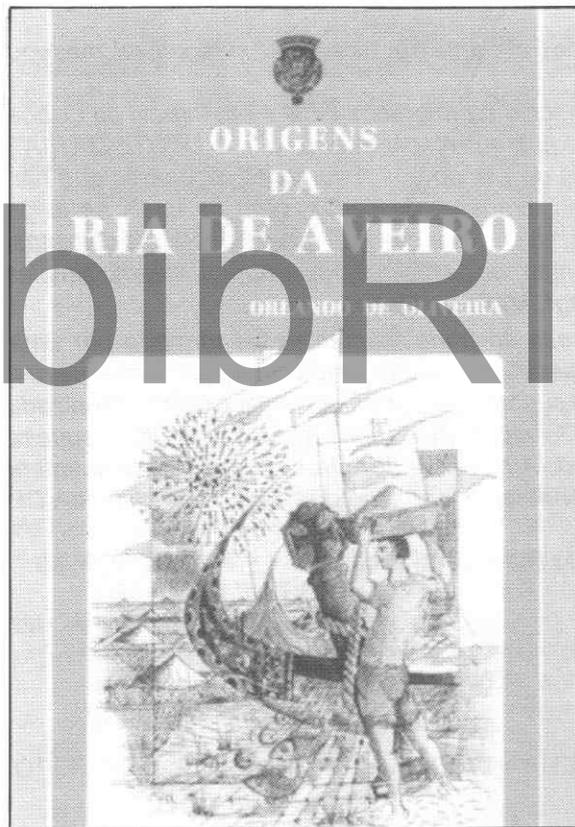
### "ORIGENS DA RIA DE AVEIRO"

Editado pela Câmara Municipal de Aveiro, apareceu nas montras das livrarias o livro "Origens da Ria de Aveiro", de que é autor o Dr. Orlando de Oliveira e cuja capa foi desenhada por Jeremias Bandarra e Bartolomeu Conde.

Este trabalho reproduz substancialmente a conferência que o autor proferiu na Portucel, em Cacia, no dia 12 de Maio de 1987; publicando-o, a Edilidade prestou bom serviço em ordem ao conhecimento da nossa Ria e da sua evolução.

Transcrevemos aqui as palavras iniciais de explicação:

*No dia 21 de Março do ano corrente (1987) reuniu-se por iniciativa da AVECELCA ( Associação de Veteranos da Celulose de Cacia), no pitoresco lugar do Fontão (Albergaria - a - Velha), entre belíssimos xistos agnotozóicos, um grupo de*



Capa de ORIGENS  
DA RIA DE AVEIRO (Jeremias  
Bandarra e Bartolomeu Conde).

*amigos para o qual me deram o honroso prazer de me convidar.*

*O dia estava ameno, o ambiente era alegre e amistoso, provocando boa disposição em todos os circunstantes.*

*O dono da casa, Bartolomeu Conde, com manifesto desejo de absorver cultura e saber, teve esta tirada ouvida e aplaudida por todos:*

*-- Eu, com a minha idade e meio pescador nas horas vagas, ainda conheço alguma coisa da nossa Ria. Mas os mais novos que eu sabem muito pouco e penso que seria oportuno o Senhor (eu) dizer-nos algumas coisas sobre "as origens da Ria de Aveiro".*

*Como passei a minha vida de professor a ensinar biologia e geologia, senti-me apanhado por estas palavras a anuí prontamente à sugestão.*

*Assim surgiu a ideia e a necessidade de elaborar o trabalho no dia 12 de Maio,*

numa sala da "Casa do Pessoal da Portucel", em Cacia, sob o título "AS ORIGENS DA RIA DA AVEIRO".

*Nós sabíamos que o muito querido e muito saudoso Dr. Alberto Souto, a quem me ligaram profundos laços de amizade, nos tinha deixado, entre a sua enorme produção literária, um livro chamado precisamente assim: "ORIGENS DA RIA DE AVEIRO".*

*Pensei no assunto e pareceu-me azado o momento para, com a repetição do título, homenagear o aveirismo de tão grande aveirense. Repete-se conscientemente. Não é um plágio. É uma manifestação de apreço por quem tanto e tão dignamente nos ensinou e deixou em herança de intelectualidade e de profundidade de estudos diversos sobre inúmeros aspectos de Aveiro.*

*Não só de "Origens da Ria de Aveiro", mas ainda de outras obras do mesmo Autor, muito se bebeu e muito se extravasou para esta palestra.*

*Alberto Souto e Silvério da Rocha e Cunha foram alguns dos Autores a que mais me arrimei. Aliás, quando me foi feito o convite, eu desde logo informei que, pela minha parte, nada de novo havia a dizer sobre a formosa e valiosa Ria, porque aqueles dois Mestres de Aveiro e outros, como Eduardo Cerqueira e Inácio Gaspar Ferreira, tinham visto e previsto os problemas correspondentes.*

A concluir, deixamos as palavras finais que podemos ler nas últimas páginas:

*Alonguei-me de mais. O tema é aliciante e praticamente inesgotável, mas vou terminar.*

*Desde há anos que tenho escrito na Imprensa local e em jornais de Lisboa artigos variados a propor a criação daquilo que resolvi chamar o "INSTITUTO DA RIA".*

*Relatei-vos várias tentativas de estudo dos fenómenos lagunares que não tiveram continuidade. São trabalhos morosos, delicados, para os quais se exige apetrechamento laboratorial, barcos para navegar na Ria e aparelhagem de colheitas. Tudo muito caro, e ainda mais se contarmos as instalações próprias, mesmo simples como aquelas que nos propõe o Eng<sup>o</sup>. Mello de Mattos.*

*Uma iniciativa desta natureza só pode triunfar se for tormada por uma Entidade estável, com capacidade científica e possibilidades materiais e financeiras.*

*Temos uma Universidade e supomos que esta, em colaboração sintonizada com a Junta Autónoma do Porto de Aveiro, com o Centro de Investigação Pesqueira de Aveiro, com o Centro de Estudos do Ambiente e de outras entidades eventualmente interessadas, poderia encarar seriamente a criação do "INSTITUTO DA RIA DE AVEIRO".*

*É este o meu voto, a bem da Ria e de Aveiro.*

## GABINETE DE IMPRENSA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO

Criado em Fevereiro de 1986, o Gabinete de Imprensa da Câmara Municipal de Aveiro (GICMA) iniciou as suas funções no mês seguinte, tendo completado, portanto, dois anos no mês de Março de 1988.

No decurso deste período de tempo, enviou 211 Noticiários, com um total equivalente a mais de 700 páginas dactilografadas, formato A4, além de umas duas dezenas de Noticiários Especiais (remetidos apenas aos jornais e delegações locais).

O GICMA produziu ainda 13 Boletins INFORMATIVOS, com um total de 138 páginas, sendo o Gabinete responsável pela respectiva Redação, Coordenação, Maqueta, Revisão e Distribuição.

Os Noticiários estão a ser enviados a mais de 70 órgãos de Comunicação Social, incluindo Rádio e TV.

Por sua vez, os INFORMATIVOS seguem para cerca de 900 entidades (incluindo uma centena para as Regiões Autónomas e Estrangeiro). Além da

Comunicação Social, recebem o INFORMATIVO as Câmaras Municipais (do Distrito de Aveiro, das capitais de Distrito e as interessadas no intercâmbio de Boletins), Juntas de Freguesia do Concelho de Aveiro, Bibliotecas, Governos Cívicos, Ministérios e Secretarias de Estado, Direcções - Gerais e Institutos, Câmaras de Comércio, Embaixadas e Consulados (do Estrangeiro em Portugal e de Portugal no Estrangeiro), Centros de Turismo, Escolas, Instituições Bancárias, Entidades Religiosas, etc., de acordo com um ficheiro permanentemente actualizado. No que respeita apenas ao Estrangeiro, o INFORMATIVO segue para 60 cidades de 40 países.



Primeiro número do INFORMATIVO da C.M.A.

É também tarefa do GICMA: preparação de textos solicitados sobre temas relacionados com o Concelho de Aveiro; ser intermediário, no que tenha a ver com Comunicação Social, entre os diversos Serviços Municipais e os jornalistas; proporcionar a consulta de elementos acerca de temas concelhios; receber e, se necessário, acompanhar jornalistas que nos visitem, responder a pedidos de informação formulados, por escrito ou verbalmente, por elementos da Comunicação Social.

O GICMA é um gabinete autónomo, dependente da Presidência da Câmara Municipal de Aveiro; é seu director actual o jornalista Júlio de Sousa Martins.

**BIBLIOTECARIA**

#### **CENTRO SOCIAL DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA**

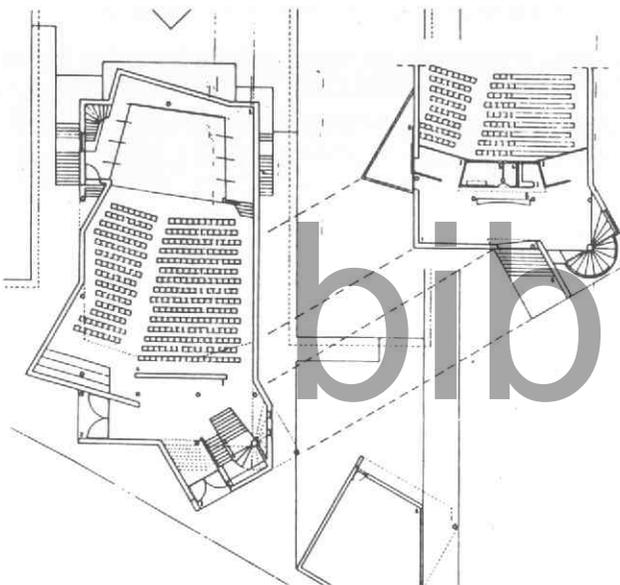
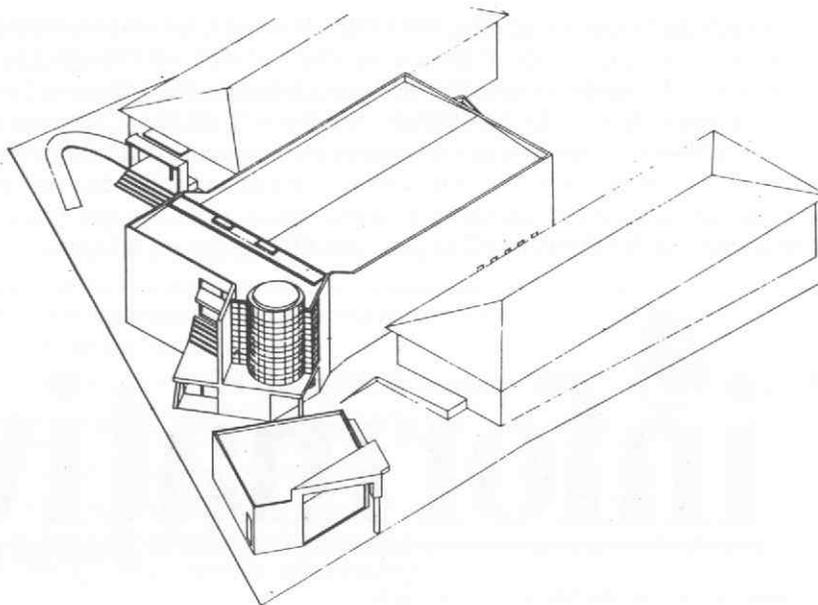
Para completar o complexo da Paróquia e da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, encontra-se em construção um salão polivalente ao lado do Centro Social e da sede da Junta de Freguesia e não longe da igreja paroquial.

A propósito do referido salão polivalente, salienta o Gabinete de Arquitectura da Câmara Municipal de Aveiro: "Se por um lado, se pretende, com esta intervenção, organizar um conjunto com edifícios da Junta de Freguesia e do Posto Médico, tentando criar imagem homogénea de leitura condicionada e favorecida pelos pontos de vista possíveis, por outro, é intenção expressa a garantia de leitura das diversas funções e das entradas que clarificam o percurso do utente: pretende-se, ainda, assegurar as relações volumétrica e de linguagem com a envolvente, no particular com a igreja de Nossa Senhora de Fátima, cuja volumetria é de inegável presença, e explorar convenientemente o desnível existente no sentido da profundidade do terreno.

Assim se justifica a solução apresentada em ante-projecto, que se caracteriza fundamentalmente no seguinte:

Do volume paralelepípedo inicialmente previsto para o salão polivalente, e na tentativa de o tornar mais curto e estreito para um maior equilíbrio de vazios, parte-se para uma solução em que, puxando a construção para a face da rua e espartilhando-a em unidades de significação distinta, se consegue uma ocupação de toda a faixa da rua, que, numa sequência de espaço construído / espaço vazio, vai criando um ritmo de volumes que marcam a distribuição das entradas e funções.

Também nas cérceas, e à semelhança do que se passa no outro lado da rua na Igreja de Nossa Senhora de Fátima, o espartilhamento dos volumes faz a gradação que aproxima os novos corpos aos edifícios existentes; puxando a construção para



**PISO 2 - 1.** Acesso ao posto médico; Salão polivalente; 2. Entrada; 3. Átrio; 4. Salão; 5. Palco; 6. Parque de máquinas.

**Piso 3 - 1.** Foyer; 2. Camarotes; 3. Cabina de projecção; 4. Bombeiro; 5. Bar; 6. Terraço.

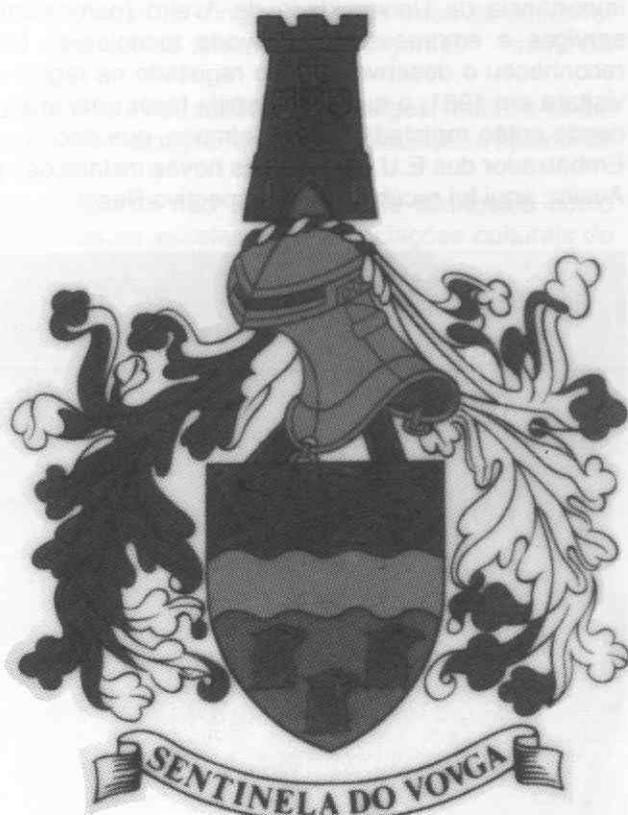
a face da rua, liberta o terreno nas traseiras, criando assim um espaço de relação entre as diversas funções dos edifícios e permitindo a implantação de um polidesportivo, resguardado pelo desnível do terreno que a construção vai acompanhando.

Completa-se assim o programa do Centro Social, dotando a freguesia das estruturas mínimas para o natural desenvolvimento da comunidade, carente de espaços vocacionados para a cultura e relações sociais sem os quais se compromete o futuro de qualquer comunidade".

#### HOMENAGEM AO BATALHÃO DE INFANTARIA DE AVEIRO

A Câmara Municipal de Aveiro, em sua reunião de 14 de Março de 1988, deliberou atribuir ao Batalhão de Infantaria de Aveiro, sediado nesta cidade, a Medalha de Mérito Municipal, em ouro.

Nos considerandos que serviram de base à concessão deste galardão honorífico, assinalaram-se os relevantes serviços prestados por esta unidade militar em benefício de Aveiro e da sua região, o seu passado histórico no campo militar,



Brasão do Batalhão  
de Infantaria de Aveiro

desde as campanhas ultramarinas até ao Corpo Expedicionário Português na primeira guerra mundial, e as numerosas incorporações que por aqui passaram e de que muitos elementos por cá ficaram.

A Medalha de Mérito Municipal foi entregue ao Batalhão de Infantaria de Aveiro, no dia 20 de Março - Dia da Unidade - pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Girão Pereira.

#### EMBAIXADOR DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA EM AVEIRO

O Sr. Edward M. Rowell, Embaixador dos Estados Unidos da América do Norte em Portugal, esteve no dia 28 de Março em Aveiro, numa visita de cortesia enquadrada na sua primeira viagem oficial por terras do nosso País, desde que foi nomeado para aquele cargo.

Acompanhado de sua esposa, Senhora Le, e da Cônsul dos E.U.A. no Porto, Senhora Jacklyn Cahill, foi recebido nos Paços do Concelho pelo Presidente da Assembleia Municipal, Presidente do Município e outros membros do Executivo, numa recepção informal em que também participaram D. Maria Helena Cerveira, Presidente da AIDA - Associação Industrial do Distrito de Aveiro, António Videira, Presidente da Associação Comercial de Aveiro, e o Prof. Doutor Renato Araújo, Reitor da Universidade de Aveiro.

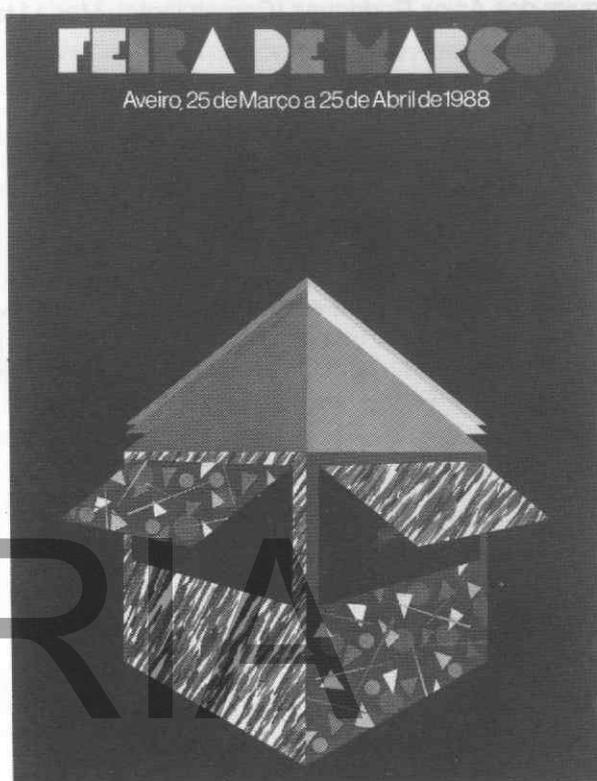
Teve então lugar uma troca de impressões, correspondente ao interesse do visitante, que assim se inteirou de pormenores relacionados com diversificados sectores da realidade e das potencialidades aveirenses, nomeadamente no que respeita ao movimento do Porto de Aveiro (actualmente e em perspectivas futuras), à migração, emigração e fixação da população, ao ambiente de trabalho, ao interesse dos empresários em se estabelecerem no concelho e na região, à crescente



integração de factores novos, conquistados ao longo de muitos anos de saudável política e amistosa aproximação com outras terras e outras gentes" - segundo palavras daquele Vereador.

No primeiro e no último dia da feira e nos sábados e domingos, realizou-se um variado programa de animação, com a participação, de grupos folclóricos e típicos, de artistas da canção etc.,

Foi executado um catálogo que foi não só largamente distribuído como também enviado a todas as bibliotecas de escolas e de associações culturais do concelho de Aveiro.



bibRUA

Cartaz da Feira de  
Março de 1988 (Jorge Trindade).

### **Expositores galardoados.**

O "Grande Prémio" da edição deste ano da Feira de Março foi atribuído à "Bicafé", tendo a "Espingardaria Valente" e a "Sarujo" ganho os prémios "Expositor Especial" e "Prémio de Criatividade".

Os prémios do concurso de "stands" galardoaram, respectivamente, a imagem de marca conseguida, a organização de exposição de produtos e o volume de informação agradável e eficaz.

A atribuição dos prémios destina-se a incentivar os expositores para uma valorização e renovação da Feira, assim como para o aparecimento de novos meios e formas de expor, dinamizando o mercado e promovendo, ao mesmo tempo, os seus produtos.

O júri, constituído pelo Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Vereador Celso dos Santos, Manuel Carvalho Bernardino, Arquitecto José Quintão e um jornalista, atribuiu ainda três menções honrosas aos stands "Baviera" e "Rianau", pelo rigor de organização formal e pela oportunidade demonstrada no aproveitamento do local que lhe foi atribuído, considerando a própria natureza do pavimento, respectivamente.

O "Stand Vicente" foi igualmente agraciado com a mesma distinção, premiando o ritmo conseguido na exposição.

### **Comissão Executiva**

**Presidente:** - Vereador Professor Celso Baptista dos Santos.

**Secretariado:** - Vasco Alves Lopes; Alexandrina Ramos Maximino.

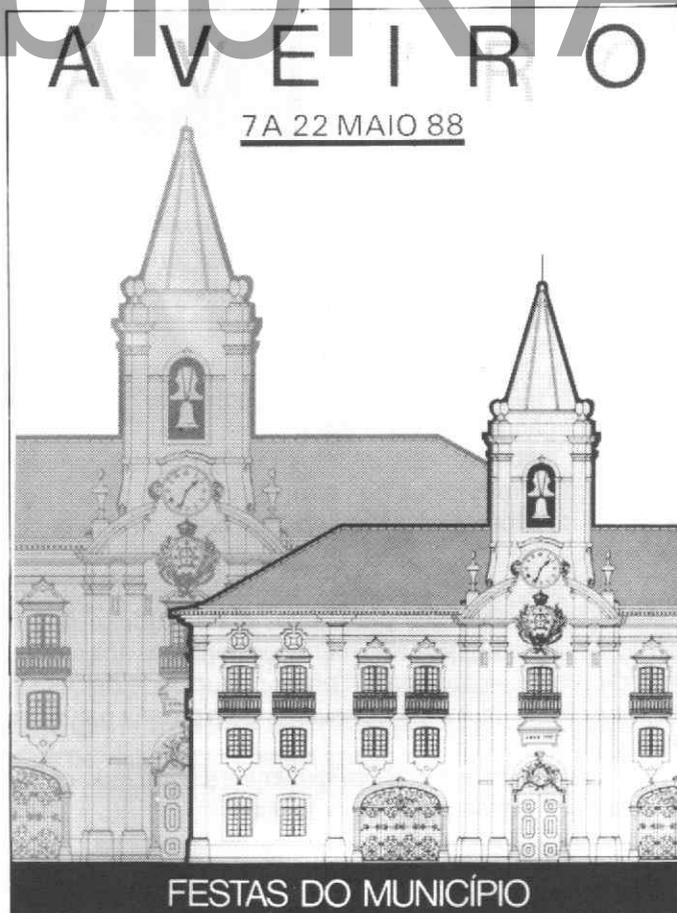
**Comissão Técnica:** - Arq. José Quintão (Gabinete de Planeamento); António José Pereira Bartolomeu (Gabinete de Topografia); Dr. Emanuel Moreira da Cunha (Serviços de Cultura); Elmano Lopes Ramos (Armazéns Gerais); José Evaristo Rodrigues de Almeida (Serviços de Fiscalização); Júlio de Sousa Martins (Gabinete de Imprensa).

**Colaboradores:** - Manuel Maria Bernardes (Associação Comercial); Joaquim dos Anjos Rodrigues (Comerciante); Maria Manuela Nunes da Maia (INATEL).

## FESTAS DO MUNICÍPIO

Desde o dia 7 ao dia 22 de Maio realizaram-se as Festas do Município. No seu programa incluíram-se manifestações dos mais variados géneros; houve diversas provas desportivas, duas sessões de teatro, um concerto pelo Coro da Sé Catedral do Porto, arruada com diversas bandas de música, desfile de todos os grupos folclóricos do Concelho, sarau pela Artigos Orfeonistas do Orfeon Académico de Coimbra, actuação da Orquestra Ligeira do Exército dos Países de Expressão Portuguesa, I Salão de Artes Plásticas, música coral com a participação de vários Coros, conferência sobre "Aveiro no tempo dos Descobrimentos" e diversas sessões de foguetes e fogo de artifício.

Mais uma vez, teve o seu devido relevo a festa da Princesa Santa Joana, Padroeira de Aveiro, que se realizou no dia 12 de Maio (feriado municipal), com missa solene e procissão.



Cartaz das Festas do Município de 1988 (Jorge Trindade).

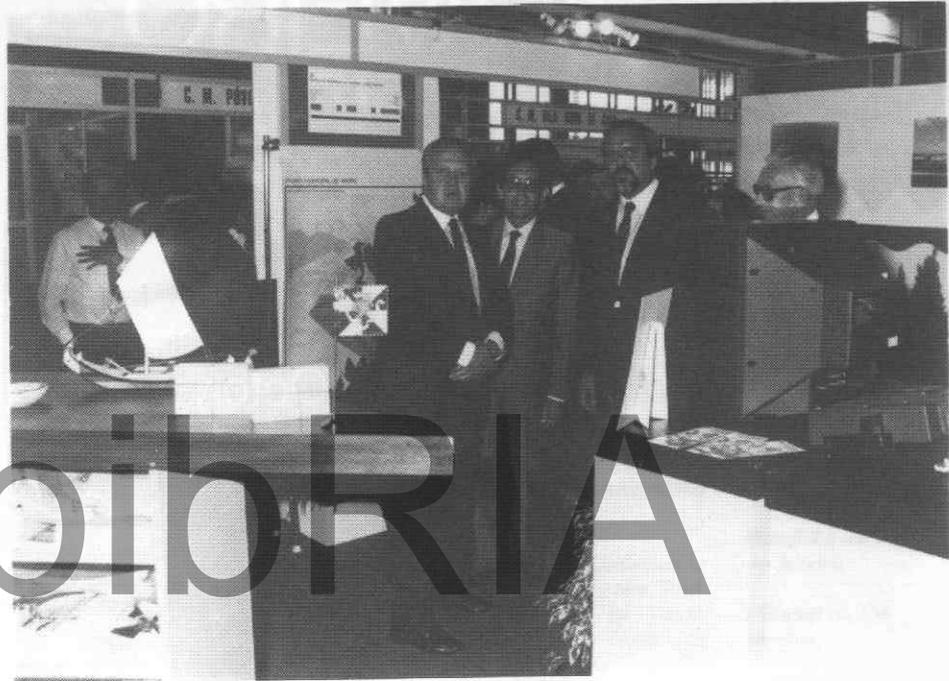
## AVEIRO NA FEIRA NACIONAL DOS MUNICÍPIOS

De 20 a 29 de Maio decorreu em Braga, no Parque de Exposições, a I Feira Nacional dos Municípios.

Individualmente ou em associações, aí estiveram representados mais de duzentos Municípios portugueses, que aproveitaram a oportunidade para confraternizarem e trocarem impressões e experiências.

O Município de Aveiro também lá esteve e evidenciou uma presença viva e dinâmica, sendo o seu "Stand" um dos locais de encontro mais frequentados.

Mais uma vez, também aqui, foi claro o cuidado posto na realização desta iniciativa pela nossa Câmara Municipal, com especial destaque para os Serviços de Cultura e Técnicos; o esforço e o trabalho de todos granjearam um êxito completo.



Visita de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Dr. Mário Soares ao Stand de Aveiro, instalado na "I Feira Nacional dos Municípios" realizada em Braga de 20 a 29 de Maio/88

## FEIRA DO LIVRO

De 28 de Maio a 12 de Junho, no pavilhão octogonal do Recinto Municipal das Feiras e Exposições, realizou-se a Feira do Livro; a sua organização ficou a dever-se à recém-criada Associação dos Livreiros do Concelho de Aveiro. Os Serviços de Cultura do Município, que dedicaram carinho à concretização deste certame, colaboraram e deram-lhe decidido apoio.

A edição deste ano teve a presença de cerca de oitenta editoras, representadas por oito livrarias, assim distribuídas:

**Livraria ABC** - Publicações Europa-América, Dist. Livros Bertrand/Dífel, Edinter/Desabrochar, Areal Editores, Caravela, Comunicação, Limiar, Majora, Ática.

**Livraria dos Arcos** - Editorial Caminho, Editorial Avante, Livraria Estante, Francisco Franco, Justiça e Paz, Ulmeiro, Vega, Centelha, Contexto, Nórdica, Perspectivas & Realidades, Pública, Livraria Sá da Costa, Teorema.

**Livraria A Pirâmide** - Editorial Verbo, Plátano Editora, Livraria Figueirinhas, Livraria Portugal Mundo, Palas Editora, Clássica Editora, Lidel Edições Técnicas, Rolim.

**Livraria Contracapa** - Livraria Civilização, McGraw - Hill de Portugal, Porto Editora, Coimbra Editora, Horizonte, Méribérica, Assirio & Alvim, Gota D'Água, Futura, Marujo.

**Livraria Liceu** - Livros do Brasil, Edições 70, Lello & Irmão, Guimarães Editores,

Imprensa Nacional, Relógio D'Água Editores, Livraria Avis, Oiro do Dia, Mobil.

**O Esquilo** - Publicações D. Quixote, Gradiva Publicações, Editorial Estampa, Edições ASA, Distri Cultural, Selecções Reader's Digest, Edições Afrontamento, Editorial Labirinto, Editorial Convergência, Litexa Editora.

**O Golo** - Editorial Presença, Livraria Almedina, Nobar - Grupo Editorial, Moraes Editores, Edições Antígona, Salamandra Editora, Europress, Casa do Livro, Regra do Jogo.

**Livraria Santa Joana** - Edições Paulistas, Edições Salesianas, Editorial Apostolado da Oração, Editorial Perpétuo Socorro, Gráfica de Coimbra, Livraria Apostolado da Imprensa, Livraria Cruz, Difusora Bíblica.



Cartaz da Feira do Livro de 1988 (Jorge Trindade).

A Feira do Livro ofereceu ainda, diariamente e com entrada gratuita, um diversificado programa de animação, em que participaram: - Orquestra Típica Scalabitana (Santarém), Grupo Típico "O Cancioneiro de Águeda", Orquestra Típica e Coral de Águeda, Coral Polifónico de Aveiro, Grupo Cultural Semente (Eixo), Manuel Freire e Dr. Vieira da Silva, Companhia de Dança de Aveiro, Grupo Fados de Coimbra (Dr. João Moura e Dr. Aureliano Costa), Grupo Folclórico de Santa Marta de Portuzelo, Grupo de Música Popular "Pão de Ló" (Ovar), Grupo Etnográfico da Ria (Gafanha da Encarnação), Coral Vera-Cruz, Grupo de Bandolins de Esmoriz, Tuna de "Os Voluntários" (São João da Madeira), Como Elas Cantam e Dançam em Paços de Brandão, e Grupo de Variedades da Associação Cultural e Recreativa de Coimbra.

Na opinião de um dos associados, "a Feira do Livro correu muito melhor do que a do ano transacto, quer em termos de animação, quer em termos de público". O mesmo elemento da organização considerou como uma questão ultrapassada a do local da sua realização.

O objectivo em vista foi conseguido, desejando-se contudo que, cada vez mais, a Feira do Livro seja um acontecimento de aprofundado sentido cultural.

## Notícias breves

<b>Janeiro, 11</b>	- O Executivo deliberou que se adquirissem: vinte exemplares da obra "Coisas Simples", da autoria de Maria da Conceição Estêvão Pereira; cem exemplares do livro "Levantamento Cultural - Exemplos e Sugestões", da autoria de Júlio de Sousa Martins; e "Navegadores, Viagantes e Aventureiros Portugueses - séculos XV e XVI", obra destinada à Biblioteca Municipal.	<b>Publicações</b>
<b>Janeiro, 18</b>	- Foi deliberado abrir concurso para a execução do projecto do Centro Social e Paroquial de Nariz.  - Foi deliberado adjudicar a construção do salão polivalente do Centro Social da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima.	<b>Centro Social de Nariz</b>
<b>Janeiro, 25</b>	- Foi deliberado adjudicar a execução do projecto para a construção do pavilhão gimnodesportivo do Clube dos Galitos.  - O Executivo emitiu parecer favorável quanto ao reconhecimento de pessoa colectiva de utilidade pública ao GEMDA - Companhia de Dança de Aveiro, em face da actividade desenvolvida tanto na divulgação da dança como no campo cultural.	<b>Clube dos Galitos</b>  <b>GEMDA</b>
<b>Fevereiro, 8</b>	- A Câmara Municipal deliberou adjudicar a execução da obra de construção da sede da Cooperativa de Artesãos "A Barrica".	<b>A BARRICA</b>
<b>Fevereiro, 22</b>	- A Câmara Municipal decidiu doar à Paróquia de São Jacinto um terreno, para nele se construir um Centro Infantil.  - A Edilidade aprovou uma proposta no sentido de ser solicitada superiormente a passagem do Batalhão de Infantaria de Aveiro a Regimento.	<b>Centro Infantil de São Jacinto</b>
<b>Março, 7</b>	- O Executivo deliberou que a Comissão Executiva da I Bienal de Cerâmica, a realizar no próximo ano, ficasse assim constituída: Dr. José Girão Pereira, Prof. Celso dos Santos, Prof. Dr. Lopes Baptista, Padre João Gaspar, Dr. Vasco Branco, Dr. Amaro Neves, Dr. Énio Semedo, Cor. Cândido Teles, Dr. Gastão de Melo, Eng. Faria Frasco, Jeremias Bandarra, Fernando Morgado, Artur Fino e Dr. Emanuel Cunha.  - Para constituírem a Comissão Executiva da IX Feira de Artesanato da Região de Aveiro foram nomeados: Prof. Celso dos Santos, um representante da "Rota da Luz", um representante da Cooperativa "A Barrica", Emanuel Cunha, Jorge Trindade, José Quintão, Júlio Martins, António Bartolomeu, Vasco Lopes e Alexandrina Maximino.	<b>Batalhão de Inf. de Aveiro</b>  <b>I Bienal de Cerâmica</b>  <b>FARAV/88</b>
<b>Março, 21</b>	- Foi deliberado que a Câmara se fizesse representar na I Feira Nacional dos Municípios, que teve lugar, de 20 a 29 de Maio, no Parque de Exposições de Braga.  - Na reunião destes dias, o Presidente informou a Câmara de que estava à venda, em Braga, a medalha em ouro que, em 1959, fora oferecida ao Presidente da República, aquando das Festas do Milenário; o Executivo deliberou adquirir a referida medalha.	<b>Feira Nacional dos Municípios</b>  <b>Aquisição de medalha</b>
<b>Abril, 11</b>	- A Edilidade, em reunião deste dia, concordou com a constituição da Comissão Executiva da Festa da Ria/88, com os seguintes elementos: - Prof. Celso dos Santos, Manuel Regala, Mons. João Gaspar, Dr. Emanuel Cunha, Júlio Martins, Vasco Alves, António Bartolomeu, Alexandrina Maximino, Jorge Trindade, Justino Ribeiro, Elmano Ramos e um representante de cada uma das seguintes entidades: Capitania do Porto, Rota da Luz, Junta de Freguesia da Glória, Junta de Freguesia da Vera-Cruz, Junta de Freguesia de São Jacinto, EDP, INATEL e Federação do Folclore Português.	<b>Festa da Ria</b>
<b>Abril, 27</b>	- A Câmara Municipal deliberou aderir à criação de uma Associação Portuguesa com Centros Históricos, cuja sede deverá ser em Lamego.	<b>Associação de Municípios</b>
<b>Maio, 16</b>	- Foi deliberado adquirir um barco moliceiro e uma bateira, para exposição no canal central da Ria.	<b>Barcos</b>

<b>Maio, 23</b>	<p>- A Câmara deliberou patrocinar a realização de dois espectáculos de circo no Dia Mundial da Criança e, ainda, facultar o transporte para as crianças de todo o concelho poderem assistir àqueles espectáculos.</p> <p>- Foi resolvido exarar em acta um voto de regozijo pela recente subida do Sport Clube Baira-Mar à I Divisão Nacional.</p> <p>- A Câmara tomou conhecimento da acta do Júri do concurso efectuado com vista à erecção de um monumento ao marnoto e salineira e deliberou concordar com a sugestão aí apresentada no sentido de não se premiar qualquer dos concorrentes, dada a natureza dos trabalhos apresentados, e convidar um escultor de reconhecido mérito, identificado com a região lagunar, com vista à realização do referido projecto.</p>	<p><b>Dia Mundial da Criança</b></p> <p><b>S. C. Beira-Mar</b></p> <p><b>Monumento ao Marnoto e Salineira</b></p>
<b>Junho, 6</b>	<p>- Presente o projecto relativo à recuperação do antigo edifício dos Paços do Concelho de Esgueira, elaborado pelo Arq. Lopo Prata, foi deliberado considerar aprovado aquele projecto e abrir concurso limitado para a execução da obra.</p> <p>- O Executivo teve a informação de que foi recebido no Município André Domingos, deputado angolano, que se fazia acompanhar do adido cultural; na entrevista, mostrou-se o interesse num relacionamento especial a incentivar entre as cidades de Aveiro e do Lobito.</p>	<p><b>"Paços do Concelho" de Esgueira</b></p> <p><b>Aveiro e Lobito</b></p>
<b>Junho, 13</b>	<p>- A Edilidade emitiu parecer favorável quanto ao reconhecimento de pessoa colectiva de utilidade pública da ACAV - Associação de Arte e Cultura de Aveiro, tendo em vista as importantes actividades que tem vindo a desenvolver, especialmente no campo do ensino e da cultura.</p> <p>- A Câmara apreciou o estudo elaborado pelo Gabinete de Planeamento relativo ao arranjo urbanístico da zona envolvente à Sé, tendo-se considerado como aprovado.</p>	<p><b>ACAV</b></p> <p><b>Zona da Sé</b></p>
<b>Junho, 27</b>	<p>- O Presidente informou a Vereação Municipal que, após diversas diligências, teve uma reunião no Instituto de Emprego e Formação Profissional, na qual foi decidido lançar, a curto prazo, a empreitada para a construção do novo Centro de Formação Profissional de Aveiro, na antiga Fábrica de Jerónimo Pereira Campos.</p>	<p><b>Centro de Formação Profissional</b></p>